

**SOCIOLOGIA**

**M**

**1981**

BH/UC

FRANCISCO MOREIRA RIBEIRO

A REDEMOCRATIZAÇÃO NO CEARÁ DE 1945 a 47

B S C H

*Exemplar  
30/12/81  
f22 m63*

**A-004**

ASSUNTO: SOCIOLOGIA  
REG.: M-01



À meus pais  
João e Lourdes  
À Karine minha Filha



## Í N D I C E

Apresentação .....	6
Agradecimentos .....	7
I - Colocação do Problema .....	8
II - Revisão de Literatura .....	10
2.1. Conceitos Básicos .....	16
III - Metodologia .....	25
IV - O Nordeste Dentro do Contexto Sócio-econômico da época .....	27
V - A Vida Política Nacional - 1945 .....	36
VI - O Fim do Estado Novo no Ceará .....	41
6.1. A Zona Norte do Estado .....	46
VII - A Formação dos Partidos Políticos .....	51
7.1. A Organização do PSD Local e suas Dissidências .....	52
7.2. A UDN e suas Elites .....	56
VIII - As Eleições de 1945 .....	67
8.1. Fatores que Influenciaram o Pleito ..	74
IX - Os Antecedentes das Eleições de 1947 .....	78
9.1. A Luta pela Intervenção .....	82
X - O Pleito de 19 de Janeiro de 1947 .....	91
10.1. Fatores que atuaram de Forma Decisiva no Pleito .....	98
XI - Conclusão .....	100
Bibliografia .....	102



## A P R E S E N T A Ç Ã O

O presente trabalho foi elaborado pela necessidade de cumprir a exigência acadêmica do Bacharelado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará.

A especialização em Ciência Política, conduziu-me ao estudo de um período - 1945/47 - muito importante da vida política cearense, no qual os dados de base não foram ainda sistematicamente considerados, devido à inexistência de trabalhos sobre o mesmo que nos permitissem, conhecendo o passado explicar e entender a estrutura política presente.

Cumpre-nos aqui ressaltar a valiosa ajuda da Secretaria de Cultura do Estado, na pessoa de seu Secretário Dr. Manuel Eduardo Pinheiro Campos, pelo subsídio financeiro que nos permitiu realizar com maiores facilidades a coleta de dados. Que a iniciativa do Sr. Secretário tenha continuidade, para que outros colegas venham a usufruir da ajuda prestada em trabalhos desse gênero.

Fortaleza, 1981.



## A G R A D E C I M E N T O S

Desejo exprimir aqui meu agradecimento, em primeiro lugar e de forma especial, à minha orientadora Tereza Maria Frota Haguette, pelas inestimáveis e valorosas contribuições que me prestou no campo intelectual e a compreensão, sensibilidade e disponibilidade que apresentou frente as condições nem sempre favoráveis em que realizei este trabalho. Agradeço-lhe ainda a paciência e o grande interesse demonstrado em todo o seu desenrolar.

Aos parentes e amigos que materialmente ou afetivamente, me prestaram valiosas colaborações e me acompanharam nesta maratona, faltam-me palavras para manifestar a extensão de minha gratidão. Dentre êstes quero destacar:

- Os professores Agamenon Bezerra, André Haguette , Francisca Simão (Simone) e Roberto Oliveira;
- Sandra Helena, esposa e companheira de luta;
- Maria Augusta Coêlho, minha tia.

Àqueles cujo nome não cito - colegas, professores e funcionários da faculdade, quero deixar-lhes também a certeza de meu imenso reconhecimento.

Francisco Moreira Ribeiro



# I - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

O passado político da Sociedade Brasileira se caracteriza pela coexistência de diferentes estágios de desenvolvimento político. (1) Dentro do mesmo território, há um primeiro grupo de regiões que adotam uma linha política mais moderna nas quais a própria existência de um certo fracionamento de cunho ideológico com uma participação política mais independente, onde principalmente o indivíduo exerce o seu direito de cidadania sem subordinação direta aos condicionamentos derivados de determinadas relações de trabalho. O segundo grupo de regiões é identificado pelo arcaísmo do sistema eleitoral e político, onde os eleitores condicionam seus votos tendo em vista o atendimento a compromissos assumidos com chefes políticos ou partidos. As diferentes situações são frutos das condições sócio-econômicas predominantes nas diferentes regiões brasileiras, favorecendo de certa maneira uma tomada de consciência em consonância com estas condições. Poder-se-ia aqui aludir à assertiva de Marx (1977:151) de que " Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau de desenvolvimento determinado das suas forças produtivas materiais.

O Conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas de consciência social determinadas.

---

1) O Desenvolvimento político tem sido concebido como modernização política conforme afirmação de Pye, (1978:418) "O ponto de vista de que o desenvolvimento político é a política característica ou ideal das sociedades industrializadas funde-se com aquele que acha que tal desenvolvimento é sinônimo de modernização política. As nações adiantadas são ditadoras da moda e do ritmo na maioria das fases da vida econômica e social e é compreensível que muitas pessoas achem que o mesmo deve acontecer na esfera política. Todavia, é precisamente a aceitação desse ponto de vista que perturba os defensores do relativismo cultural; eles põem em dúvida a conveniência de identificar os acontecimentos no campo industrial - isto é, aquilo que ocorre no Ocidente - como sendo padrões contemporâneos e universais para todos os sistemas políticos."



O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é, inversamente, o ser social que determina a sua consciência."

Este grupo tem ainda como uma das principais características serem regiões que não passaram ainda por nenhuma mudança significativa, e onde os grupos de poder de cunho mais tradicional, manipularam a seu bel-prazer a política local, cujo elemento proporcionador de prestígio e mando político era a propriedade de terra (latifúndio), os chamados grupos oligárquicos, onde o "coronel" com seu poder de dominação quase absoluto de legiões de eleitores que lhe transferiam a tarefa de pensar e decidir sobre qual era o melhor para receber seu voto. Nestas regiões o clientelismo político encontra campo fértil para se desenvolver e florescer.

Neste contexto é primordial o controle político da máquina governamental, que tem importância decisiva para a ampliação das bases eleitorais do partido, correntes, grupos, ou políticos isolados.

A luta pela conservação e manutenção do controle sobre a máquina governamental por grupos que, devido a determinadas condições históricas, se situam no topo da hierarquia oligárquica resistiam a toda forma de mudança, era travada usando para isto dos artifícios e instrumentos de que dispunham para assegurar a continuidade do poder muitas das vezes impedindo mudanças, surgidas de situações concretas e decorrentes das várias etapas do processo histórico, e que procuraremos elucidar no decorrer do presente trabalho.

Através da análise de comportamento de uma elite local, diante das mudanças ocorridas em um dado período pretendemos evidenciar a identificação e acomodação desta elite como forma de neutralizar ou utilizar as possíveis transformações convenientemente de maneira a resguardar seus interesses e a sua continuidade.

Trata-se do estudo do período histórico 1945-1947 na zona norte do Ceará, isto é, em Sobral e na sua área de influência política, econômica e social. Este período é especialmente relevante por representar a fase de redemocratização do país após o Estado Novo (1937-1945)



## II - REVISÃO DA LITERATURA

Uma análise, do teor da que nos propomos, não poderia deixar de utilizar o conceito de coronelismo, daí porque passaremos a discuti-lo:

O coronelismo como forma de poder político no Brasil tem se mostrado um forte instrumento que vem resistindo de maneira histórica às mais variadas tentativas de mudanças que foram feitas ao longo do tempo, principalmente aquelas no sentido de proporcionar ao país uma democracia representativa na qual procura-se anular do cenário político nacional a discutida figura dos mandões locais.

A primeira tentativa real de supressão da figura do "coronel" do controle político do município, o qual era obtido através da manipulação eleitoral dos "eleitores acurrados", é feita na constituição brasileira 1891, que outorga o direito de voto a todo cidadão brasileiro ou naturalizado que fosse alfabetizado.

De maneira genérica, se entende por coronelismo "o poder exercido por chefes políticos locais, sobre parcela ou parcelas do eleitorado local, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados quando eles mesmos não são os candidatos" Janotti (1981:7).

Para Leal (1976:20), o coronelismo seria o "resultado de superposições de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é pois mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico da nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual o nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com extrema base representativa." Para ele a estrutura coronelística, repousa sobre uma extensa rede de compromissos, onde existiria de forma mais ou menos constante, uma intensa troca de favores e proveitos entre aqueles que no momento detem o poder do Estado e os chefes locais, notadamente os senhores de terras. Mais explicitamente, a realimentação deste sistema, que tem suas origens históricas na colônia, teria se dado em função da implan



tação do regime representativo e de sufrágio amplo que criou de certa forma uma sujeição do governo central em relação a estes, dos quais dependia para poder contar com os votos do eleitorado rural, cuja situação de subordinação em relação ao coronel era incontestável. Com isto o coronelismo amplia o seu papel dentro na nova estrutura política.

Mas coronelismo não envolve unicamente os aspectos políticos da dominação, envolve ainda inúmeras implicações, que resultam do compromisso acima referido, e que é fundamental para a compreensão do processo pelo qual passou esta forma de poder político.

Queiroz (1975:157) afirma que "o aspecto político é o que mais chama a atenção, ao atentarmos para as facetas que compõem a figura do coronel, não é porém o único, e sim um entre muitos. Considerá-lo apenas sobre este aspecto é mutilar um conjunto complexo empobrecendo-o e não permitindo uma comparação mais ampla tanto em si mesmo, quanto em sua evolução histórica, social e política."

Para se compreender o aspecto político da estrutura de clientela do coronelismo é preciso que se entenda os seus fundamentos sócio-econômicos, os quais estão na base do sistema, que são: o filhotismo, o manobristo e parentela, o falsamento do voto, o empreguismo, etc.

Para Soo Pang (1977:21), a principal função do coronelismo era a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã ou uma grande família mais extensa "Pang baseia sua afirmação, num dos principais fundamentos sociais do coronelismo que é o "paternalismo social" o qual lhe empresta prestígio político que explorado habilmente pelo coronel, resulta numa vasta rede de influência que lhe permite concentrar em suas mãos um grande número de funções de cunho institucional.

Portanto o papel político do coronel só é compreensível quando se distingue as bases sócio-econômicas que lhe conferem autoridade, quando se precisa e posição que ocupa na hierarquia política e quando se explicita a função que exerce dentro do grupo ao qual pertence.

A maioria dos estudiosos vêem no coronel um representante das oligarquias rurais cujo fundamento do poder reside na propriedade da terra e um dos principais fatores de liderança local. Quando no domínio do poder público orienta-



no sentido de agrupar em torno de si, um maior número possível de instrumentos com os quais possa assegurar o poder, manter seus privilégios e afastar os demais concorrentes.

É no município onde o coronel exerce a sua função de "baluarte político-administrativo que se expressa na vasta rede de tráfico de influências. É lá que o coronel luta com os seus rivais para manter o domínio político dos processos administrativos e legislativos". Pang (1977:31)

É, portanto, no reconhecimento de sua política, na construção e consolidação de sua liderança e no reconhecimento de seus atos localizando-os no tempo e no espaço que podemos estabelecer a rede de compromissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder Estadual e o poder Federal.

O controle político do município atrela o coronel a novos compromissos políticos subordinando-o a uma nova organização partidária mais complexa ou a um jogo político bem mais sofisticado.

Como já se observou, o coronelismo define-se por uma ascendência política, econômica e social de um fator social, iniciando-se a nível local, podendo sua influência abranger cada vez maiores espaços. Nem todos os coronéis tinham acesso ou participação nas decisões das oligarquias governantes, os pequenos coronéis limitavam-se a gerir a política do lugarejo e a seguir sempre o situacionismo nos planos Estadual e Federal.

Ao coronel ligava-se uma extensa clientela, numerosa parentela e dependentes de ordem diversa. Já "os grandes coronéis se constituíam realmente em chefes supremos tanto de toda sua gente (parentela) quanto das parentelas aliadas, podendo também transbordar perfeitamente sua autoridade de âmbito local ou regional ultrapassar o Estadual e se apresentar a nível nacional. (Queiroz 1975:156).

Contudo, a existência do pequeno coronel com pequena participação nas decisões políticas é de primordial importância para este estudo. Donos de pequenos currais eleitorais, seguiam normalmente as orientações de outros coronéis de maior influência em troca de favores dos quais dependia sua sobrevivência. Assim, o poder político de um coronel pode ser medido "através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional no momento das eleições." (Queiroz 1975:157)

A clientela política do coronel variava de acordo com sua área de influência, os compromissos locais e seu prestígio pessoal podendo ele ter o controle direto ou indireto sobre seu



eleitorado. No primeiro caso o coronel visitava com frequência ou recebia a visita destes para solução de pequenos problemas pessoais, controlando diretamente sua área de influência e seu eleitorado. No outro caso o controle é "feito" através de cabos eleitorais que funcionam como elemento de ligação entre o chefe e a massa de votantes.

Existe de fato o que Soo Pang (1979:39), chama de multiplicidade de estruturas coronelísticas ou que Nunes Leal (1976:20) chama de uma superposição de autoridade.

Blondel (citado por Queiroz, 1975:157), distingue três tipos de estrutura coronelística:

"A primeira o mando pessoal, em que o Coronel domina a sua clientela através de um sistema bem organizado de cabos e leitorais que vão ver os eleitores, transmitem as ordens e os congregam nos dias de eleição.

O segundo onde o chefe político aparece dominando indivíduos também de nível de poder, os quais por seu turno, dominam o eleitorado, de poder do ponto de vista do chefe mais elevado o que o torna menos absoluto do que no primeiro caso, uma vez que este chefe não terá a certeza total de que colherá todos os votos.

O terceiro caso, este de maior importância e de mais fácil constatação em nossa região, onde existe, a dominação "colegiada" em que cada membro da família domina uma zona, mas esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais aristocrática do que monárquica, neste caso quase todos os postos locais, médicos, juizes, tabeliões, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencente ao grupo familiar".

O continuísmo no poder de membros de determinadas famílias, apesar das sensíveis transformações ocorridas após 1930 representam a solidificação e a permanência da influência do grupo familiar na história contemporânea do Brasil.

O estudo dos grupos de parentela realizado por Queiroz é de suma importância para esclarecer muitos dos aspectos das relações sociais do sistema coronelista. Os grandes coronéis eram normalmente chefes de numerosa parentela, unidos entre si tanto pela ascendência, quanto por compadrio e casamento. Assim ela define o que chama de grupo de parentela brasileira um grupo de parentesco de sangue formado por várias famílias nucleares e algumas famílias grandes (isto é que ultrapassam o



grupo pai, mãe e filho). Vivendo cada qual em sua moradia, regra geral economicamente independentes as famílias podem se encontrar dispersas a grandes distâncias uma das outras. O afastamento geográfico não quebra a vitalidade dos laços e das obrigações de reciprocidade." (Queiroz, 1975:165).

A estrutura interna da parentela pode variar desde o igualitarismo (... "as famílias tendem a estar todas colocadas no mesmo nível sócio-econômico"), até diversos tipos de estratificação de acordo com as condições econômicas da região, com a existência no interior da parentela de vários comandos sociais.

Como grupo a parentela apresenta três aspectos interligados: o político, o econômico, e o do parentesco. Os três setores, reunidos garantiam o funcionamento da sociedade e lhe davam uma característica própria.

"Todavia, esta indiferenciação, não significava de modo algum equilíbrio, harmonia, para dentro e fora das parentelas. Pelo contrário, justamente porque indiferenciada, qualquer choque num setor repercutia violentamente em todos os outros determinando rupturas, em geral profundas, "Queiroz (1975:167) sendo o político quase sempre o móvel do conflito.

Neste caso os grupos se distinguem pela radicalização de suas relações, parecendo que tais grupos se tornavam tão mais profundamente inimigos quanto mais fosse a união anterior.

Uma parentela podia ser chefiada por vários coronéis, o que tornava sua fragmentação muito mais fácil, ficando cada coronel no caso de divisão com uma parte da antiga parentela, formando duas novas facções.

A medida que se desenvolveram as funções urbanas do município, sua importância econômica e conseqüentemente a eleitoral também crescia. O poder coronelístico transforma-se no seu aspecto superficial mantendo o fundamental. Passa então a ser exercido por aqueles que não tinham necessariamente a posse da terra, mas que estavam integrados na estrutura tradicional por laços de parentesco, compadrio, casamento, ou compromissos sócio-econômicos e políticos.

Os anos de 1930 a 1945 são marcos importantes no processo de transformação ocorrido no sistema coronelista de poder. Apesar de alguns autores, entre eles Blondel, Queiroz e Nunes Leal afirmarem que o ano de 1930 seja o início do declínio do coronelismo rural, houve no meu entender, um "rearranjo" das forças coronelísticas premissa defendida por Soo Pang (1979:61-63) que defende a existência de uma nova composição de poder



provocada por uma nova situação política.

Como consequência da nova situação política, o sistema tradicional passa então a se aliar, ou utilizar-se de um novo elemento, o doutor, que nem sempre provém das famílias dominantes, mas que a elas e aos seus interesses se vinculam, cabendo-lhe suprir as possíveis lacunas do seu mentor, o coronel. A este cabe o controle, o domínio, ao doutor a ação pela inteligência, pelo conhecimento das leis e pela palavra fácil. Analizando-se a forma como estes médicos ou advogados foram alçados ao poder, chega-se à conclusão de que houve, na verdade, uma composição entre o novo tipo político e o tipo tradicional, força do este último, por um novo quadro político e social.

Outras vezes, são estes profissionais liberais a parte da parentela ou clientela do próprio coronel. O que existe aqui é uma troca de favores entre as partes, expediente tão a gosto dos coronéis.

Os processos de industrialização e de urbanização pelo qual passaram o país, transformaram a ordem tradicional dos sistemas existentes. Os novos agentes políticos, encarnados na figura dos médicos e advogados, representam o presente político embora necessariamente e dependendo dos votos que detem o "chefe político" tradicional, antigos donos da situação, agora relegados a segundo plano pela nova ordem política vigente, mas detendo um forte poder de barganha.



## 2.1.

## C O N C E I T O S

## O CONCEITO DE POLÍTICA.

Vários são os conceitos através dos quais é defendido e entendido o termo "POLÍTICA". Esta variedade se apresenta de certa forma como uma dificuldade para a Política como ciência já que a presença de divergências entre os estudiosos põe a nú a questão da falta de consenso quanto ao seu objeto, conteúdo e finalidade dificultando sobremaneira a sua análise no que lhe é fundamental.

De modo geral, percebe-se a existência de duas grandes correntes de interpretação e emprego do termo "Política". A primeira que a define condicionando a política à existência do Estado, ou seja consideram-na como "Ciência do Estado, poder organizado na comunidade nacional" (DUVERGER, 1964:11). Esta concepção foi utilizada na antiguidade por Aristóteles que escreveu um tratado sobre o Estado, a que deu o nome Política, no qual estudou a organização política de Atenas e Esparta. Começaria seu estudo analisando os órgãos dos governos dessas cidades para chegar afinal a uma classificação de todas as formas de governos então existentes. A segunda afirma ser a Política " a ciência do poder " ou " a ciência do poder organizado " em todas as comunidades. Esta noção de política como ciência do poder foi pela primeira vez estudada por Machiavelli em sua obra prima " O Príncipe ", na qual lança os fundamentos da política como arte de governar Estados, ou mais exatamente, como arte de atingir, exercer e conservar o poder.

A primeira acepção apresenta o grave problema de pressupor a existência do Estado. Esta abordagem dificulta sobremaneira a compreensão das relações políticas ocorridas na base da sociedade dando-nos apenas uma visão parcial do todo, ficando sua análise restrita apenas às relações e fatos acontecidos e protagonizados pelas elites dominantes e pelos Estados entre si. Neste sentido o Dicionário da Academia Francêsa diz " Política: conhecimento de tudo aquilo que



se relaciona com a arte de governar um Estado e dirigir suas relações com os demais Estados " ou ainda citando Lituê que define Política como " Ciência do Governo dos Estados " (DUVERGER, 1966:14).

De certa forma a concepção de política como ciência do Estado se assemelha ao termo popular que é usado de maneira pejorativa, compreendendo ações, comportamento, intuito, manobras, entendimento e desentendimento dos homens (políticos), como meio de conquistar o poder ou um lugar nele. Os defensores desta corrente entre eles autores importantes como o alemão Jellinek e Marcel Prêlot vêem a política como instrumento para fazer reinar a ordem e a justiça, pois, para estes, o Estado assegura o interesse geral e o bem comum contra a pressão das reivindicações particulares. Para estes a sociedade é harmoniosa e o poder representado pelo Estado mantém uma ordem autêntica sendo visto como uma expressão institucionalizada de forças sociais.

A segunda concepção é mais usada e a mais operacional, portanto será esta a adotada no decorrer desta análise.

Esta apresenta o inconveniente de propor que o político seja estudado em todos os seus níveis, no seu fundamental, preocupando-se desta forma em atingir a própria essência do político, sob a diversidade de formas em que este se manifesta.

Robert Dahl, (1963:5) afirma que " a política surge onde há pessoas vivendo em conjunto, de forma associativa, quer se envolvam ou não em conflitos e estejam sujeitas a algum tipo de poder, governo ou autoridade. Esses fenômenos existem em toda parte, portanto, a política existe em toda parte ".

Esta ótica se aproxima da concepção de Leon Duguit (citado por Duverger, 1966:15) sobre governantes e governados. Diz êle: " Em todo grupo humano, do menor ao maior , do mais efêmero ao mais instável há os que comandam e os que obedecem, os que dão ordens e os que as acatam, os que tomam decisões e os que se submetem a elas". Esta visão da política parte do princípio que esta é essencialmente uma luta para conquistar, manter e exercer o poder, pois este permite aos indivíduos e aos grupos dominantes - tanto no



âmbito do Estado, como a nível da comunidade - assegurar o seu domínio sobre a sociedade e dele tirar proveito.

#### O PARTIDO POLÍTICO.

Os estudos relativos aos partidos políticos, se prendem sobretudo à análise de suas doutrinas. Esse comportamento por parte dos estudiosos é decorrente, sobretudo, da noção liberal de partido desde que o consideram antes de tudo como agrupamento ideológico. Benjamim Constant (Citado por Duverger, 1970:13) escrevia em 1816 que "um partido é a reunião de homens que professam a mesma doutrina política "

#### ORIGEM DO PARTIDO.

DUVERGER (1970:20) propõe uma distinção quanto à origem dos partidos modernos: os de origem parlamentar e os de origem externa. Para ele "o desenvolvimento dos partidos parece associado ao da democracia, isto é, à extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares. Quanto mais as assembléias políticas vêm desenvolver-se suas funções e sua independência, tanto mais os seus membros se ressentem da necessidade de se agruparem por afinidades a fim de agirem de comum acôrdo..."

A origem dos partidos encontra-se, portanto, ligada aos grupos parlamentares e comitês eleitorais. No entanto alguns partidos situam o seu nascimento fora do círculo eleitoral e parlamentar.

Os partidos de origem parlamentar tiveram a sua formação a partir da criação de grupos parlamentares seguindo pela criação de comitês eleitorais, quando estes sentem necessidade de enquadrar os eleitores em comitês capazes de tornar conhecidos os candidatos e de canalizar os sufrágios em sua direção. A união desses dois elementos está na gênese da grande maioria dos partidos políticos modernos.

Os de origem externa no entanto, tiveram sua formação fora do mecanismo eleitoral e parlamentar. Seriam pois, os diversos grupos e associações, os chamados "organismos



externos " que podem provocar o nascimento de um partido político. Exemplos desses organismos são os sindicatos, agrupamentos agrários, religiosos, industriais e financeiros. ( DUVERGER, 1970:26).

Os Sindicatos são o exemplo mais conhecido: numerosos partidos socialistas foram diretamente criados por eles , conservando, aliás, durante mais ou menos um longo tempo, o caráter de " braço secular " dos sindicatos em matéria eleitoral e parlamentar.

O modelo proposto por Duverger se aplica perfeitamente aos países da Europa Ocidental e aos Estados Unidos , embora não se coadune com a nossa realidade. No caso dos europeus ocidentais e americanos do norte, os partidos políticos são resultado do seu processo de desenvolvimento político. Nos países do Terceiro Mundo este amadurecimento progressivo da sociedade política não chegou a acontecer como naqueles países. O surgimento dos partidos se dá mais em função da modernização econômica desembocando quase sempre no vazio institucional. Com frequência estes partidos não são mais que uma facção parlamentar de vida efêmera ou uma organização local que é formada em torno de uma personalidade e que se extingue com o desaparecimento deste, Outras vezes surgem através de um decreto governamental.

O Brasil, apesar de adotar o Partido Político , sua vida constitucional se fez sempre à base do personalismo , de líderes políticos e caudilhos que utilizavam o partido como símbolo, nunca funcionando este como uma organização de combate e ação que teria como prioridade a conquista do poder político do Estado.

Segundo Bonavides (1972:14) " não seria exagero quem data de 1946 a existência verdadeira do Partido Político em nosso país ", - o país estava à mercê dos grupos de interesse estadual.

#### A FUNÇÃO DO PARTIDO.

Duverger ( 1970:15 ) aponta três tipos de função do partido em um regime representativo; " a primeira seria a de formador de opinião pública função esta na qual os partidos contribuem para manter ou criar consciência política junto aos seus partidários. A segunda função é a de designar os candidatos para serem sufragados pelos seus eleitores .



Por último os partidos têm a função de assegurar o enquadramento dos eleitores mantendo estes em contato permanente com seus eleitores, informam os eleitos das reações dos desejos e das necessidades dos eleitores ". É este o campo reservado ao desenvolvimento dos partidos, no entanto, esse campo, nos países em desenvolvimento, é relativamente limitado uma vez que os partidos só podem funcionar dentro de uma linha traçada pelo executivo como afirma Campelo (1976:37) " sem capacidade efetiva de participação na formulação de decisões de grande alcance social, e, mais que isso, forçados a operar de maneira dispersa e mesmo deslegitimadora de seu papel como instituição política, o sistema de partidos não tem chances apreciáveis de se desenvolver: A estrutura centralizada de decisões confirma-se e se revigora em seu próprio funcionamento ".

#### DEFINIÇÃO DE PARTIDO POLÍTICO.

A literatura estrangeira que trata dos partidos políticos não contribui em muito para a compreensão do nosso sistema partidário já que seus modelos de análise são inspirados em sistemas políticos nos quais o poder legislativo desempenha papel decisivo no processo político atuando diretamente nas grandes decisões políticas do Estado. Este fato se deve principalmente à característica do sistema partidário brasileiro, ou seja, a seu baixo grau de institucionalização. Esta precariedade se expressa, por sua vez na realidade de não serem os partidos brasileiros, em conjunto, e enquanto sistema, uma instituição governativa, e pela inexistência, no Brasil, da forma de governo partidário, com alternância regular e legítima no poder.

Para La Palombara e Weiner (1966:6) o Partido Político Moderno se assenta na reunião de quatro critérios:

- 1º - Uma organização durável, isto é, uma organização cuja esperança de vida política seja superior a dos seus dirigentes do momento;
- 2º - Uma organização local bem estabelecida a aparentemente durável, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional;



3º - A vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização, de conquistar e exercer o poder, só ou com outros e não simplesmente de exercer influência sobre o poder;

4º - A preocupação, enfim, de buscar o apoio popular por intermédio de eleições ou qualquer outra forma.

No primeiro critério procuram La Palombara e Wiener fazer distinção entre os partidos e as facções ou clientelas que desapareceram com seus fundadores ou animadores. No segundo distinguem eles o partido em relação ao grupo parlamentar. O terceiro critério diferencia o partido dos grupos de pressão ou clubes políticos, desde que o primeiro encerra em si o objetivo, fim último do partido político, de conquistar e exercer o poder ou participar de seu exercício. Ou seja, os partidos buscam o poder, ao passo que os grupos de pressão procuram atuar sobre o poder, influenciá-lo, permanecendo fora dele. E por último, a busca do apoio popular através das eleições opondo-se, assim, a vários grupos que, apesar de serem políticos, não participam das eleições ou da vida partidária.

Embora esta definição seja bastante abrangente e operacional ela não toca em um ponto muito discutido e que diz respeito à questão dos princípios e idéias que inspiram a ação do partido político principalmente nas sociedades democráticas onde, em essência, são distintas, senão opostos. Oposição esta identificada na medida em que o partido dominante busca a sustentação de privilégios da classe que o conduziu e o mantém no poder procurando assim, acomodar interesses econômicos, políticos e sociais, cada vez mais deixando de lado os interesses globais do povo em defesa de grupos de pressão, que, em alguns sistemas, são mais importantes que os próprios partidos.

Neste sentido a definição de Kelsen (Citado por Bonavides, 1972:428) é mais elucidativa; diz ele que "partidos são organizações que congregam homens da mesma opinião para afiançar-lhes verdadeira influência na realização dos negócios públicos".

Mais clara ainda é a definição de Hasback (Citado por Bonavides, 1972:419) que afirma ser "o partido uma reunião de pessoas com os mesmos propósitos políticos e que intentam apoderar-se do poder estatal para fins de atendimento de suas reivindicações". Já para Goguel (Citado por



Bonavives, 1972:429) " o partido é um grupo organizado para participar da vida política com o objetivo da conquista total ou parcial do poder a fim de fazer prevalecer as idéias e os interesses de seus membros ".

Das definições aqui expostas percebe-se claramente que alguns princípios são indispensáveis na composição dos partidos. Primeiro, a idéia de grupo social, reunião de pessoas em torno de uma organização cujos interesses e idéias inspiram a vida e ação do partido. Segundo, tem como objetivo principal obter o controle e direção do aparelho governativo e, por fim, conservá-lo quando este lhe chega às mãos.

A literatura marxista, pouco tem se ocupado sobre a natureza do partido político, sob o ângulo da ideologia proletária. No Manifesto Comunista Marx faz uma de suas poucas alusões ao partido afirmando êle que era dever de todos os proletários se organizarem numa classe e, correspondentemente, num partido político. Apesar de não deixar explícito que este partido devia ser o comunista, Marx distingue o partido comunista dos outros partidos operários em dois pontos, primeiro: "nas diversas lutas nacionais dos proletários destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado independentemente da nacionalidade. Segundo: nas diferentes fases por que passam os proletários e burgueses representam, sempre, e em toda parte os interesses do movimento em seu conjunto." Para êle "os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente tem sobre o resto do proletariado a vantagem da compreensão mais nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário". (Marx, 1977:3132). Neste sentido Lênin (1976:239) se refere ao partido comunista como sendo êste a "vanguarda organizada da classe operária".

No Brasil a política partidária está diretamente relacionada à existência dos líderes políticos tradicionais que se dividiam em grupos de opinião, grupos de interesses, valendo-se do partido apenas como instrumento de acesso às suas aspirações ou de seu grupo, mas, nunca como organização que busca o poder para realizar os fins propugnados durante uma campanha eleitoral.

O verdadeiro poder é exercido por um pequeno grupo



constituído em torno de uma personalidade que detenha força suficiente para impor-se ao legislativo, resumindo-se a vida partidária aos períodos eleitorais. Passadas as eleições o partido local adormece completamente. (BLONDEL, 1957:131). Este fato se deve em grande parte à fragilidade dos nossos partidos políticos como instituições em relação às outras forças que compõem o Estado brasileiro.

Já CAMPELO (1976:33) assim analisa as diferentes concepções de partido no Brasil. " A literatura brasileira sobre partidos políticos, centrada basicamente no termo da representatividade, canaliza-se para três tipos gerais de interpretações:

O primeiro deles, de cunho marcadamente jornalístico, percebe os grupos partidários como unidades sem sentido político ou ideológico: mera decorrência da necessidade do aparato formal democrático.

O segundo restringe-se a apontar com maior ou menor sofisticação a fragilidade representativa do sistema partidário brasileiro, seja pela carência ideológica dos partidos, seja pelo controle que os grupos agrários exercem sobre eles. Privilegia-se então de um lado o personalismo como característica fundamental e explicativa de todo o sistema de partidos ou por outro lado o caráter retrógrado e parcial do Congresso Nacional onde, sustentada pela máquina coronelista, assentavam-se ainda as forças agrárias, desalojadas do poder desde a queda da Velha República.

Uma terceira abordagem vê os partidos políticos como expressões de diferentes classes sociais nacionais, ou, mais sutilmente, de sub-grupos dessas classes. Essa abordagem torna-se extremamente imprecisa quando se consideram as ligações entre suas proposições teóricas globais e a descrição empírica dos partidos. Assim, ora se vê UDN e PSD como partidos bastante distintos em virtude das diferenças existentes entre suas bases sociais; ora se tornam como idênticos (quando vistos sob o ângulo de sua atenção) conservadores e tradicionais".

No caso da análise do comportamento dos partidos políticos no nordeste brasileiro, principalmente na sua função regional e o desempenho de seu papel junto as suas bases, resolvemos adotar a segunda abordagem, como aquela



que mais se aproxima da realidade nordestina na qual, como afirma BLONDEL, (1957:132) os "partidos são, no mais das vezes, propriedade dos homens que o compõem e até do homem que os dirige". Este fato só reforça de fato a fragilidade representativa do sistema partidário brasileiro, principalmente nas suas representações do nordeste, onde os grupos agrários exercem controle sobre estes através da política coronelística. Durante as eleições sabe-se perfeitamente que os candidatos, grupos, ou partidos, que detêm ou recebem o apoio da máquina eleitoral coronelística, de antemão conhecem o resultado final do pleito, mantendo-se este apenas para fins formais do processo democrático.

Blondel (1957:134) nos chama a atenção no estudo por ele realizado na Paraíba que "poder-se-ia, perfeitamente, chamar um dos partidos de X e o outro de Y e o estudo da vida política teria sido viável, sem que fôsse necessário qualquer definição".



### III - METODOLOGIA

Nosso trabalho é uma tentativa de compreensão e explicação do rearranjo das forças políticas tradicionais do Estado quando do processo de redemocratização nacional e da reorganização dos partidos políticos estaduais.

A partir da análise da participação e do comportamento político das lideranças tradicionais do Estado, demos ênfase, principalmente, à participação de líderes como : José Sabóia, Olavo Oliveira, Menezes Pimentel, bem como as demais lideranças que lutavam pela implantação e consolidação de sua hegemonia a nível estadual. Para isso procuramos entender o jogo de relações envolvendo os dirigentes dos partidos políticos, principalmente os mais significativos (UDN, PSD, PPS), como também o conjunto de relações (de conflitos) desenvolvidos no interior dos Partidos pelos grupos oligárquicos quase sempre tendo como pano de fundo a luta pela conquista da direção da Executiva Estadual do partido pela sua liderança.

Pela necessidade de elaboração de alguns conceitos (Política, Partidos, Coronelismo, Grupos Oligárquicos, Parentela) utilizados ao longo do estudo, fizemos uma revisão da literatura especializada.

Na segunda fase, procuramos coletar dados que nos permitissem fazer uma tentativa de reconstituição histórica dos fatos políticos para melhor compreender e explicar a conjuntura política local no período em estudo.

Neste sentido a nossa coleta de dados, foi feita , principalmente tendo como base fontes primárias. Como tal consideramos os jornais locais que circularam na época, como fonte básica para reconstituição histórica do período.

Como os jornais do período adotavam uma linha de conduta de cunho político-partidária muito nos ajudaram na



identificação das várias correntes políticas e suas lideranças, principalmente no que diz respeito às lutas internas da vida político-partidária cearense.

Utilizamos também as atas e mapas eleitorais do TRE, como fonte de informações a respeito da participação dos vários partidos nas eleições de 45/47. Assim como na demarcação das zonas de influência eleitoral de cada candidato.



#### IV - O NORDESTE DENTRO DO CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÉPOCA.

Sem nos aprofundarmos muito na questão da divisão do espaço nordestino, daremos preferência a divisão utilizada por CAIO PRADO (1979:35) na qual afirma que " o nordeste se acha dividido em dois tipos de zonas fisiográficas bem caracterizadas: um grupo de zonas úmidas litorâneas, ou muito próximas do litoral que são essencialmente agrícolas. O outro grupo, composto de zonas de grau mais ou menos acentuado de semi-aridez - o chamado polígno das sêcas compreende a generalidade do interior, alcançando o litoral no trecho que vai do Piauí até o Rio Grande do Norte".

Como indicadores básicos de análise e identificação de cada sub-região, utilizamos as formas e uso da terra, sistemas de culturas e as relações de trabalho postas em prática em cada área.

A primeira sub-região, identificável como zona litoral mata - compreende a faixa litorânea do Estado do Ceará até Bahia. Densamente povoada, concentra em sua extensão os principais centros de desenvolvimento urbano industriais do nordeste.

O sistema agrícola da região se caracteriza basicamente pelo regime monocultor de sua agricultura. A exploração das culturas de cana-de-açúcar e cacau foram as atividades que historicamente articularam sistemas específicos de organização e relações sociais nesta região, condicionando o modo de ocupação e atividade econômica da terra. Para Figuerôa (1977:9) " o caráter comercial - especulativo que historicamente assumiu no mundo a indústria da cana-de-açúcar, as características técnicas de sua exploração agrícola e a forte concentração da propriedade de terra na região litoral mata o predomínio das relações salariais para grande parte de sua população" baseado na exploração de grandes propriedades, no regime de "Plantation", apresentando baixos níveis de tecnologia a área se caracteriza ainda por um elevado grau de concentração de



terra, elevando em consequência a concentração de renda , surgindo como resultantes destes fatores um grande contingente populacional de baixo poder aquisitivo, dependendo a sua sobrevivência diretamente do seu trabalho no latifúndio monocultor, gerando assim um processo de dependência do trabalhador em relação ao latifundiário em todos os níveis; social, político, e principalmente econômico.

Para Figuerôa (1977:9) " a formação econômica de zona litoral-mata sempre desenvolveu funções produtivas vinculadas principalmente à dinâmica dos mercados mundiais. É por isso que na região litoral-mata, ironicamente a mais dotada, a miséria e o sub-desenvolvimento social alcançaram suas mais graves dimensões". A ausência de alternativas de trabalho dado o caráter monocultor da agricultura, provocando a proletarização e desruralização do trabalhador rural, reduzindo as possibilidades de aumento da produção de alimentos forçando a migração para os aglomerados urbanos de maior porte.

Do ponto de vista físico, a principal característica da 2a. região diz respeito aos limitados recursos naturais e a sensível irregularidade de suas precipitações. O nordeste semi-árido ou polígno das sêcas se estende por 890.613 Km<sup>2</sup> . "Dos Estados nordestinos só o Maranhão não é atingido pelo Polígno das sêcas, os outros o são em grande ponto do seu território; a porção seca corresponde a cerca de 86,6% do território do Piauí, 94,8% do Ceará , 92,0% do Rio Grande do Norte, 97,6% da Paraíba, 88,7% de Pernambuco, 43,7% de Alagoas, 47,1% de Sergipe, 56,6% da Bahia. Portanto 73,0% da superfície nordestina se encontra no polígno das sêcas". Andrade, (1976:62).

Sua agricultura se caracteriza pelo uso de tecnologia primária e extensivo do solo e baixíssima produtividade por área cultivada. Dada esta situação, uma enorme dependência das condições climáticas que nos períodos de sêcas agudizam os problemas da região atingindo toda a população e de maneira dramática, ao trabalhador mais ligado à terra.

Predomina no semi-árido um tipo de organização econômico-social, baseado no complexo pecuária - algodão, associada à agricultura de sub-existência.

"Tal tipo de organização econômico-social, fundamenta-se na elevada concentração da propriedade da terra,



e da sobrevivência das relações de parceria através das qua  
is se mantêm a população camponesa sem terra dentro das mē  
dias e grandes unidades de produção". Figuerôa (1977:70).

O algodão é basicamente o principal produto da zona  
do semi-árido, sua produção é dirigida tanto para o mercado  
interno, como externo. A região é uma das maiores produto -  
ras desta fibra, no entanto, pela falta de apoio financeiro  
ao pequeno produtor e o processo de comercialização - "vã -  
rios intermediários são necessários para dirigir a saída do  
algodão em rama do produtor até as usinas de beneficiamento  
de onde a fibra é remetida para uma indústria têxtil ou um  
exportador" Figuerôa, (1977:114).



O período que se abre em 1945 com o término da segunda guerra mundial e a substituição do Estado Novo por um regime político eleitoral-representativo e multipartidário, marca também a emergência do setor industrial como área mais dinâmica da economia brasileira. Para Pereira (1977:79) " A industrialização modificou os padrões de comportamento da população, interferiu e transformou as relações econômicas de caráter tradicional, deu origem a profundas modificações no campo social, novas classes surgiram e o Brasil se desenvolveu e perdeu muitas de suas características feudais".

Ocorre que o processo de industrialização pelo qual passou o país, não abrangeu de forma total e homogênea, todo o território nacional. Segundo Rebouças (1979:297)" A política de substituição de importações posta em prática no Brasil depois da segunda guerra mundial, concentrou seus efeitos basicamente no centro-sul, pois era nessa área que já havia as melhores condições para o progresso industrial".

Alguns fatores que durante o período da segunda guerra e nos anos seguintes iriam determinar e facilitar o desenvolvimento do centro-sul, não iriam produzir os mesmos efeitos na região nordestina. Em grande parte, este fato está ligado as condições estruturais nos quais se encontrava o nordeste neste período, uma região de há muito ocupada com uma estrutura rural arcaica e politicamente cheia de vícios, a atividade econômica dependente do mercado exportador internacional, o qual frequentemente provocavam violentas variações na demanda dos produtos exportáveis, sendo que se limitavam praticamente ao açúcar, cacau e ao algodão em menor escala. É em função dessa falta de diversificação da atividade produtiva, ao lado de um inexpressivo mercado interno, que se dá a formação de grandes contingentes populacionais vinculados ao setor exportador, o qual participa na qualidade de fornecedor de mão-de obra barata, vivendo em baixos níveis de vida, com tendência a



evadir-se para os grande centros urbanos.

Esta realidade estrutural está historicamente ligada às condições em que se desenvolveu a economia nordestina, que se deu sempre em função do fornecimento de produtos tropicais ao mercado internacional. Iniciamos com a cultura de cana-de-açúcar, vez que era o açúcar um produto largamente procurado na europa. Posteriormente passou-se a cultivar o algodão, a partir do século XVIII devido à revolução industrial e a sua fácil adaptação aos climas semi-áridos. A partir deste século a produção de cacau, agave e a mamona estava voltada ao atendimento dos mercados não só da europa, como dos Estados Unidos.

As chamadas lavouras de exportação, são culturas nobres, cultivadas pelos agricultores abastardos que têm acesso fácil ao crédito bancário e à assistência técnica e apesar das oscilações de preços no mercado internacional, a sua comercialização alferre grandes rendas aos seus produtores.

Este processo de desenvolvimento da agricultura nordestina, refletiu-se na formação de duas classes básicas no nordeste; de um lado o grande produtor proprietário dos meios de produção produzindo matéria prima valorizada de exportação, alferindo alta renda e vivendo em plena sociedade de consumo. Do outro lado uma grande maioria de população rural que está economicamente vinculada ao setor exportador, mas excluída de uma plena participação no setor. É esta a população trabalhadora que susta estrutura, participa apenas como fornecedor de mão-de-obra barata e que no tempo disponível e nas sobras de terras, que não interessam a exploração principal, explora de maneira deficiente, uma cultura subsidiária, a chamada cultura de subsistência. Vivem estes pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, com rendas baixíssimas, sendo sua capacidade de consumo quase zero. Para Andrade (1976:71) " o processo de descapitalização do nordeste face ao sudeste do país iniciando no século XVIII por ocasião do ciclo do ouro é intensificado no século XX, sobretudo após a segunda guerra mundial".

Este fato pode ser demonstrado, pela análise de situação de seu principal produto de exportação o açúcar tanto no mercado externo como interno.



A partir de 1940 este produto passa por um período de franca decadência, tanto a nível de produção mundial - éramos o sexto produtor - como decai também o volume de produção interna e de exportação.

O quadro abaixo indica o processo de decadência de produção brasileira de açúcar como também o baixo percentual da produção que atinge o mercado importador.

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR NO BRASIL  
1940 / 1950

ANO	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO	% DA EXP. NA PRODUÇÃO
1940	1.257.960	66.731	5,3%
1945	1.254.600	26.935	2,1%
1950	1.403.010	23.550	1,6%

Fonte: Sumário estatístico do Brasil, 1940-1950.

O período ainda será marcado, por um novo e rude golpe na economia açucareira do nordeste. A concorrência que a região nordeste, área tradicional na produção de açúcar, passa a sofrer da expansão agrícola da região centro-sul.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇÚCAR - 1940/1950

ESTADOS	1940	1945	1950
Pernambuco	374.721	423.898	522.564
Alagoas	136.044	111.139	191.448
M.Gerais	155.729	53.783	87.519
R.Janeiro	158.190	231.929	271.301
S.Paulo	163.498	403.701	713.533
Paraná	-	20.794	40.134

Fonte: Anuário estatístico do Brasil . 1940/1950.

A tabela mostra que o avanço da produção do centro-sul, se dá de forma acelerada a partir de 1945.

O Estado de São Paulo que em 1940 se colocava em segundo lugar, com uma produção que correspondia a menos da metade da produção pernambucana, então o principal pro



dutor, dez anos depois terá galgado o posto de maior produtor brasileiro, notando-se também um sensível crescimento da produção do Rio de Janeiro e o aparecimento de um novo produtor o Paraná.

Andrade (1976:98) coloca dois fatos como determinantes do processo de decadência do nordeste açucareiro, e do desenvolvimento daquela cultura no sudeste. O primeiro é que " de 1940 a 45 durante o período da segunda Grande Guerra, os transportes marítimos foram desorganizados, em face do torpedeamento de navios brasileiros, diminuiu o comércio inter-regional feito por mar, em uma época em que a rede viária não se encontrava ainda organizada.

Como o centro-sul era no período anterior a guerra o principal comprador de açúcar no mercado interno, aquele fato iria dificultar ainda mais a situação nordestina que não tinha como fazer chegar aos seus consumidores o seu produto.

O outro fator seria que o crescimento da produção açucareira nas áreas novas - São Paulo, Paraná - "se deu ao contrário do que ocorreu nas áreas tradicionais em função do mercado interno da própria área produtora e das regiões vizinhas. Andrade (1976:105)

Este crescimento irá se dar com emprego de tecnologia moderna, obtendo com isto, maior produtividade, consequentemente um produto de baixo custo e melhor qualidade que o nordestino e, principalmente, próximo ao centro consumidor o que importava em fretes mais baratos.

Como se nota, o período estudado, marca definitivamente a dependência econômica da região nordeste em relação à sudeste.

O Ceará, terceiro Estado da região nordestina em importância econômica, mantinha-se no mesmo estágio econômico dos demais Estados da região, em virtude da desgregação total da sua economia iniciada na década de 20 até 55.

Segundo Lins (1977:84) " O nordeste tornou-se mais pobre neste período, e que de 37 a 45 a renda per capita da região caiu para um terço do valor da renda individual do resto da federação".

O ano de 1945 iniciava-se com a perspectiva de bom inverno, já que o quadro dos anos anteriores não era



dos melhores, pois 1940 tinha sido o último ano de inverno regular no Estado, - inclusive um ano de sêca total , 1942 - intensificando de maneira violenta a migração da população rural cearense com destino aos seringais amazônicos.

Em matéria publicada no jornal "O POVO" em 4/11 / 44, Ademar Távora critica a política do govêrno Federal a través do D.N.I - Departamento Nacional de Imigração - o qual proporcionava certas facilidades - transportes, abrigo, meios de subsistência - aqueles trabalhadores que estivessem dispostos a migrar para a região Amazônica. O mesmo jornal registra naquele dia a partida de 647 pessoas do porto de Fortaleza, recrutados pelo D.N.I.

O artigo traduz a preocupação das classes dominantes do Estado, com a atuação do órgão Federal, o qual é acusado de despovoar o nordeste e que a produção algodoeira cearense naquele ano estaria se perdendo por falta de quem a apanhe, e que quando voltássemos a termos invernos abundantes, continuaríamos com a mesma crise de produção de então em virtude da falta de braços com que lutar".

A economia do Estado, dependia basicamente do bi-nônio de pecuária-agricultura, sendo por isso afetada seriamente nos períodos de sêcas.

As atividades industriais do Estado, eram de mínima importância limitando-se praticamente, ao aproveitamento do algodão (têxtil), e o beneficiamento de algumas oleaginosas - oiticica, mamona- " sendo que nesta última se destacavam as firmas Brasil oiticica s/a, Saboia Albuquerque ind. ltda e Cortez O'grady e cia., as quais neste ano (45) passavam por uma grande crise de mercado. já que seu principal comprador os Estados Unidos, haviam rompido o contrato de compra do produto" ( O POVO 02/03/45).

O processo de urbanização já se fazia sentir também neste período com algumas cidades do Estado retendo um grande contingente populacional, " formado por migrantes, profissionalmente não qualificados que saem do interior expulsos pela falta de oportunidade de trabalho e procuram nas cidades melhores condições de vida". Andrade(1977: 49).

O crescimento de Fortaleza, devido sobretudo a exportação de algodão e cêra de carnaúba, se procedeu sobretudo a partir de 1940" Andrade (1977:47). Cidade lito-



rânea, portuária, capital de Estado, Fortaleza deve o seu crescimento ao fato de ser ponto de escoamento de produtos de exportações e com sede de governo, concentrar as estruturas administrativas e de serviços de ensino. Sendo fatores que contribuem para concentração populacional na capital.

Outras cidades devido ao desenvolvimento comercial, iriam se tornar importantes centros regionais como é o caso de Crato, Juazeiro na zona sul do Estado e Sobral, na zona Norte.

Dispondo de indústrias de beneficiamento parcial de produtos agrícolas locais, descaroçamento de algodão, cortumes, atividades destinadas ao abastecimento do mercado regional e a prestação de alguns serviços básicos, estas cidades foram crescendo em importância à medida que a população aumentava.

Para Andrade (1977;124) " muitas cidades do nordeste se tornaram centros comerciais, com influência regional, onde eram vendidos os produtos agrícolas a fim de serem encaminhado aos portos, após o primeiro beneficiamento e onde a população rural das cidades menores próximas adquiria os bens importados. O crescimento urbano criou um mercado local que permitiu nelas o desenvolvimento de serviços administrativos, de educação, saúde e lazer provocando o surgimento de centros regionais ou sub-regionais".



## V - A VIDA POLÍTICA NACIONAL- 1945

No ano de 1945 - depois de um longo período sem franquias democráticas - seriam realizadas eleições para a escolha da câmara federal, senado e presidência da República. Deputados e senadores eleitos neste ano, transformaram-se em assembléia constituinte. Mas para se entender o avanço democrático de 45 é preciso que se entenda os fatos e mecanismos da queda do Estado Novo.

A queda do regime de então deveu-se fundamentalmente à vitória aliada contra as forças nazi-facistas.

A partir da entrada do Brasil na guerra cresceu a luta das correntes políticas do país contra o Estado Novo, que irá se intensificar com o avanço e vitórias dos aliados contra o eixo. Esta mudança em favor dos aliados, e o comprometimento do regime no plano internacional com "democrático" a chamada frente única contra o nazi-facismo começa a ter implicações políticas a nível interno. A principal era a contradição entre a política externa na qual se lutava por princípios os quais eram negados internamente. É este um dos fatores que iria, basicamente, provocar às primeiras reações e dar início às manifestações de oposição à ditadura.

O ano de 1943 irá registrar o início das reações ostensivas das forças democráticas contra o regime. As forças oposicionistas não se apresentaram, porém, unidas. Uma parte delas era formada por liberais, uma outra da esquerda e democratas de várias tendências. O centro de agregação destas forças estava localizado em Minas e sua primeira manifestação política de peso foi o documento lançado em outubro /43 o qual ficou conhecido como o "Manifesto dos Mineiros". Este documento desempenhou importante papel pela luta política que trava com o Estado Novo. " Este marca o início do período onde as forças que conspiravam contra o regime de Vargas iriam assumir formas mais organizadas e a imprensa, menos tímida, defendia o pensamento de grupos civis e militares favoráveis à mudança do regime e à implan-



tação de um governo liberal democrático no país" (Campelo, 1976:63).

Segundo Silva (1975:36) a reação governamental ao documento teve o efeito de atrair a atenção nacional para os nomes dos signatários do Manifesto e sua atitude marcou o início das atividades abertamente de combate político.

Uma outra parte das forças oposicionistas era formada por elementos de esquerda e que lutavam por objetivos mais diretos como anistia aos prêso políticos e a convocação de uma constituinte. O centro desta tendência estava localizada no Rio e na Bahia.

As forças políticas fora do governo mobilizaram-se rapidamente; o movimento ampliou-se e o regime não tinha mais como resistir; "desde fins de 1944, a eficiência do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) já não era a mesma; não pode controlar, como fizera no ano anterior com o movimento dos mineiros, a publicidade em torno das reivindicações democráticas que se sucediam" (Sola, 1978:279).

Na verdade o Estado Novo, como estrutura ditorial, deixa de existir a partir da entrevista do escritor (e ex candidato à presidência da República em 34) José Américo de Almeida, figura eminente do meio intelectual e homem público, respeitado por todo o país, concedida ao Correio da Manhã, então um grande jornal de oposição, através do jornalista Carlos Lacerda. A publicação desta entrevista em 22 de fevereiro de 1945 é um marco do rompimento da censura no país.

Em 1945, com a aproximação do fim da guerra e já indiscutível vitória aliada, o movimento ampliou-se com a participação nos grandes centros urbanos das massas e tornou-se nacional.

Grandes vitórias seriam conseguidas anistia, data para realização das eleições, legislação dos partidos políticos. Esta última viria proporcionar aos principais grupos do país a oportunidade de assumirem e formar organizações através do surgimento na área política dos partidos políticos.

A primeira força política organizada a emergir, ainda que conspiratoriamente, foi a União Democrática Nacional fundada nos fins de 1944 reunindo inicialmente toda uma gama de elementos anti-getulistas de todos os matizes ideológicos, divididos em duas alas, uma das quais conhecida



como esquerda Democrática constituída por intelectuais e profissionais liberais, que mais tarde se desdobrariam numa nova organização, fundando o partido socialista brasileiro. Segundo Basbaum (1976:135) " a UDN nasceu em São Paulo, de um grupo de intelectuais de esquerda que não havia aderido a Prestes e procurava formar a primeira fila das hostes que lutavam na oposição. Seu programa inicial se baseava na Declaração de Princípios do I congresso de escritores. Por isso mesmo foi invadido por todos os elementos oposicionistas a Getúlio e ao Estado Novo, principalmente destacados elementos da nova burguesia industrial e financeira, agora muito mais forte e mais rica e sobretudo mais ousada, a qual havia sido lograda por Getúlio na Revolução de 30 " mas o grupo à esquerda dentro da UDN era fraco e apesar de ter sido ele a dar o primeiro passo para organizar as forças democráticas, terminaria deixando o partido para o grupo majoritário, apoiado em elementos da pequena burguesia liberal que estava mais preocupada em ajustar contas com o Estado Novo e o ditador, do que com a restauração da democracia.

Grande parte da pequena e média burguesia do Rio e São Paulo foi atraída para a UDN, pela sua pregação ideológica a qual, segundo Sola (1976:281) " apresentava - se como politicamente liberal, e no plano econômico se manifestava também liberal, reivindicando a liquidação do protecionismo identificado como causa principal do aumento de preços".

A UDN lança então o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Neste contexto, multiplicam-se as manifestações estudantis e os protestos populares. Este período será ainda marcado por um grande crescimento do movimento comunista do Brasil Anistiado que fora Prestes volta às suas atividades políticas anunciando o apoio dos comunistas à constituinte com Getúlio." O apoio de Prestes a Vargas, entretanto, pareceu confirmar os boatos existentes antes da anistia, sobre acordos políticos entre Vargas e os comunistas liderados por Prestes" (Silva, 1975:50). O suposto acordo da União Nacional a constituinte com Getúlio ficou conhecido como "movimento queremista." Ao mesmo tempo nascia o PSD. Quem representava este partido? basicamente era formado pelas " Situações Es-



taduais". Supervisionado por Vargas sua organização utilizou toda a estrutura montada durante o Estado Novo na qual os interventores serviam de elo entre as oligarquias locais, mantendo uma rede de compromissos entre estas e a política do governo Central. Como resultante disso o PSD "seria detentor de rigorosa máquina eleitoral, reforçada pela longa experiência do jogo político que possuía seus integrantes sua força se fazia sentir já na primeira eleição, embora sua ideologia se caracterizasse por um traço negativo, ausência de unidade." (Sola, 1976:289).

Representava, por isso mesmo, as famosas classes conservadoras que ocuparam pontos-chaves da administração federal, estadual e municipal.

O PSD contrapôs ao nome do Brigadeiro a candidatura de outro militar que era então Ministro da Guerra do Estado Novo, General Eurico Gaspar Dutra. A manobra não deixa de ser uma forma de continuísmo dos que lançam sua candidatura à Presidência da República. Vargas iria ainda inspirar a formação de um outro partido, o PTB, o qual tinha como base a liderança Sindical - integrado por alguns pelegos - ligada a burocracia sindical que aparecera, junto que era da política trabalhista de Getúlio. O mesmo tinha como finalidade fazer frente às transformações sociais decorrentes do surto industrial e do processo de urbanização pelo qual atravessava o país. Estes fatos iriam acarretar o aparecimento - principalmente nos grandes centros urbanos - de uma vasta camada de assalariados, que, embora ainda não contestassem politicamente o sistema capitalista, aspiravam a reformas econômicas e sociais para a melhoria do seu padrão de vida. Uma outra prioridade da organização do PTB segundo Bandeira (1979:33) está ligada ao fato de ser esta uma das formas de se canalizar um ponderável setor da classe operária evitando assim que este se voltasse para o PCB.

O Partido Comunista Brasileiro que, reorganizado, com a libertação de seus principais líderes, crescerá substancialmente principalmente na Capital Federal, será, então, proporcionalmente, a quarta força política do país.

Neste clima de ebulição política a nomeação de um irmão do Presidente para a chefia da polícia do Rio, iria ser usada como pretexto para deposição do Presidente pelas forças armadas a 29 de outubro de 1945. Vale ressaltar



tar o fato de que Getúlio é derrubado por dois de seus mais próximos colaboradores - comprometidos com ele com a instalação do Estado Novo seu Ministro da Guerra de então, Goes Monteiro, e o Ministro da Guerra durante todo o Estado Novo e agora candidato da situação à Presidência da República, Eurico Gaspar Dutra.

Com a deposição de Vargas, assume a Presidência o ministro do Supremo Tribunal Federal José Linahes.

A perspectiva de eleições livres, que se realizariam a 2 de dezembro, trouxeram novas esperanças de democracia e liberdade para o povo brasileiro.

Na data prevista realizaram-se às eleições sem incidentes maiores, sendo Dutra eleito assim como Deputados e Senadores Constituintes, os quais assumiram respectivamente a 19 e 2 de fevereiro de 46.

O voto proporcional permitiu a divisão da representação em nove partidos: PSD - UDN - PTB - PCB - PR - PL - PDC - PRP - PPS.



Os acontecimentos que determinaram o fim do Estado Novo, marcaram, também o recrudescimento da luta política Nacional. No Ceará, a imprensa é a primeira instituição a refletir a nova conjuntura nacional desempenhando importante papel na arrecimação das forças políticas locais, principalmente daquelas retiradas de cena pela política Estado-novista.

A vida política no período que antecede o Estado Novo, sofria os efeitos do autoritarismo e da compressão das liberdades civis. A censura completa à imprensa, punições para qualquer manifestação de oposição, repressão e demissões dos não "ajustados" à linha oficial.

Interventores substituindo os organismos parlamentares, autoritarismos de toda espécie eram validados por um difuso conceito de segurança.

A oposição tinha vida subterrânea e a adesão à política oficial era a única opção àqueles que queriam se manter em evidência.

O amorfismo político em que vivia o Estado Novo até então é confirmado pela resenha publicada no jornal "O POVO" em 8 de janeiro de 1945 sobre os acontecimentos do ano de 1944, onde nenhum fato político é destacado como importante por este jornal. Na verdade, uma revisão nos jornais daquele ano mostra que todos os espaços destes eram tomados pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial. O noticiário local ficava reduzido a acontecimentos do dia a dia, e até os editoriais, quando não se ocupavam da Guerra, tratavam de questões como o aumento da carne, do pão, da luz etc. A política reduzia-se a esporádicos comentários críticos de cunho ideológico, atacando os integralistas, mais em função da conjuntura mundial, pelo espaço aberto pelas seguidas vitórias aliadas contra o nazi-facismo na Europa, do que pelo avanço político das oposições nacionais.

Somente a partir de fevereiro de 1945, como reflexo dos acontecimentos políticos no sul do País, com o afrouxamento da censura, a imprensa local começa a dar os primeiros sinais de uma nova situação política.

Assim sendo o jornal "O POVO", porta-voz das principais correntes oposicionistas cearenses, inicia, em 8 de fevereiro de 1945, uma enquete com ex-políticos, que de alguma maneira haviam sido afastados da vida política pelo Estado Novo. Os primeiros a serem ouvidos através da enquete são os senhores José Acio- , ex-membro do Partido Conservador, Edgar Arruda ex-presidente



da Liga Eleitoral católica (1) e os Drs: José Borba e Plínio Pompeu, ambos do antigo Partido Social Democrático - PSD.

(2) A enquete procurava basicamente fomentar a discussão entre os políticos locais, em torno de como deveriam ser as regras eleitorais que estavam para ser determinadas pelo Governo.

A nível nacional a entrevista de José Américo de Almeida ao Correio da Manhã do Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 45 iria romper definitivamente as amarras da Censura estadonovista. A entrevista era vasada em termos moderados e respeitando ainda a constituição fascista que havia sido imposta pela força. Mas mesmo assim, para aquele momento político, esta seria de grande importância provocando uma reação positiva principalmente, por parte das oposições. Colocando o problema em termos claros, o ex-candidato à Presidência da República em 37, disse que seria necessário convocar o mais depressa possível novas eleições de acordo com o ato adicional da Constituição, afim de que o povo pudesse escolher livremente os seus candidatos.

Já no dia 19 de março de 1945, uma reunião de vários líderes locais da oposição iriam consagrar o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes como o candidato das oposições cearenses. Esta reunião iria também marcar as demarches, para a fundação da U.D.C - União Democrática Cearense - que teria como objetivo inicial, reunir em torno de si os grupos locais de apoio à candidatura Brigadeirista, sendo esta também o embrião da futura União Democrática Nacional no Ceará.

A Comissão Política da U.D.N era assim constituída : Dr. Manuel do Nascimento Fernandes Távora - médico, político, militar, deputado Estadual em duas legislaturas (1913 - 1914 e 1917 - 1920) tendo sido o representante do movimento de 30 no Ceará, foi seu primeiro interventor local, fundador do antigo PSD, pelo qual foi eleito Senador, perdendo o mandato com o golpe do Estado Novo. (GIRÃO 1971:93 a 94).

(1) " A LEC - Liga Eleitoral Católica - era uma corrente anti revolucionária composta do clero e do seu eleitorado, ligada aos antigos partidos que jaziam inertes de desmantelados e agora estão reanimados e incorporados à LEC para subtrair o Ceará ao regime criado pela arrancada de outubro ". MONTENEGRO ( 1980:128 )

(2) " PSD - Partido Social Democrático - O antigo PSD foi o



Dr. José Sabóia de Albuquerque - Juiz de Direito durante 36 anos (1899 - 1935). Industrial, agro-pecuarista, principal líder político da zona norte do Estado, ex-membro do PSD.

Dr. José Pompeu Pinto Acioli - ex-membro do Partido Republicano Conservador, organizador em 1933 do Partido Republicano Nacionalista em companhia do Sr. Olavo Oliveira.

Dr. Edgar Arruda - advogado, professor da Faculdade de Direito do Ceará, ex-presidente da Liga Eleitoral Católica, afastou-se da política em 1937 quando do Golpe do Estado Novo, por discordar deste.

José Borba de Vasconcelos - advogado, professor de Direito, ex-membro do extinto PSD o qual ajudou a organizar *fazendo parte da Comissão Executiva Central*.

Dr. Gentil Barreira - advogado, ex-membro do Partido Republicano Nacionalista, ex-prefeito de Fortaleza.

Dr. Paulo Sarasate Ferreira Lopes - Bacharel em Direito. Eleito Deputado à Constituição Estadual de 35, coube-lhe a liderança da maioria constituída pelo antigo PSD. Jornalista, redator-chefe do jornal O POVO seu Editorialista, que de posse desse forte instrumento de formação de opinião pública, irá exercer importante papel no processo de redemocratização em 1945. É ele, talvez, o mais importante intelectual orgânico da oposição naquele período.

Dr. Joaquim Fernandes Teles - médico, ex-membro do antigo PSD.

Dr. Agapito dos Santos Sátiro - advogado, ex-membro do antigo PSD.

Dr. Egberto de Paula Rodrigues - engenheiro, ex-integrante do extinto Partido Democrático. Zona Norte do Estado.

Dr. Antonio Alencar Araripe - advogado, ex-integrante do extinto PSD. Líder político do Cariri.

---

partido que representou o situacionismo nacional a nível local. Originando à partir do Clube 3 de Outubro, no qual se arrematavam os elementos fiéis à Revolução de 30. A nível Estadual dividiu com LEC a hegemonia política no período de 1934 - 37". MONTENEGRO - (1980:124)



Dr. Plinio Pompeu de Sabóia Magalhães - diretor de obras públicas do Estado em 1930, prefeito de Fortaleza no ano 1933, eleito deputado Federal à constituinte de 1935, e finalmente eleito Senador pela UDN em 1945.

Franklin Gondim - empresário - sem militância política.

Irineu Pinheiro - ex-integrante do Partido Republicano Cearense.

Se analisarmos detalhadamente a composição da União Democrática Cearense - que, teoricamente, tinha a função de defender os princípios democráticos - verificaremos que não existe entre seus membros nenhum vínculo poderoso, quanto aos interesses que eles representam ou encarnaram, a não ser o fato de terem todos eles perdido o poder de barganha política com a implantação do Estado Novo. A UDN era formada basicamente de políticos que originalmente militaram no antigo PSD, partido que representava os elementos locais fiéis à Revolução de 30 e que dividia com a LEC o domínio dos poderes constituídos do Estado no período de 1934 a 37. Contava ainda, em suas fileiras com nomes como os senhores José Pompeu Pinto e Irineu Pinheiro, ambos ex-membros do Partido Republicano Conservador, e ainda o Dr. Egberto de Paula Rodrigues, membro expoente do Partido Democrático, partidos retirados de cena pela Revolução de 1930, com apoio das forças políticas que iriam originar o antigo PSD. No fundo, porém, estes elementos se confundiam pela semelhança das forças sociais que representavam, no caso os proprietários rurais, separados mais pelas divergências nascidas no plano municipal ou estadual, do que por questões econômicas ou ideológicas.

São estes, na verdade, os representantes das velhas elites políticas municipais, que, com a abertura do espaço político, tomam a iniciativa procurando desde logo, assumir a direção e ditar as normas da nova situação política, recomeçando tudo como antes, mundando apenas algumas figuras e rótulos, provando que todo o período de exceção pelo qual tinha passado o país não conseguiu modificar a tradição e os costumes políticos locais.

A retomada do processo político do Estado iria mostrar - com raras exceções - que as áreas eleitorais continuavam no domínio dos mesmos "chefes políticos", com seus



coronéis e sua clientela persistindo, portanto, a mesma estrutura sócio-política de antes. Porém, o retorno decena política estadual das antigas lideranças locais - agora revestidos de "democratas" - iria encontrar de pronto a reação do grupo dominante de então beneficiado, em primeiro lugar pela estrutura governamental do Estado Novo cujas diretrizes políticas se traduziam numa tentativa de subordinação das lideranças locais ao poder central representado a nível estadual pela figura do interventor Federal beneficiado em segundo lugar pela tentativa de introduzir reformas administrativas, objetivando modernizar o aparelho estatal, criando o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público. A criação deste órgão teve duas consequências drásticas sobre a política oligárquica. A primeira afetou a prática do clientelismo e do patronato, tirando a burocracia do controle da oligarquia. A segunda foi que, sendo o controle do DASP feito pelo governo central, foi transferida para este o controle da burocracia, dando margem a que tanto o centro quanto os seus representantes nos Estados lançassem mão de práticas paternalistas e cartoriais.

A centralização da esfera decisória iria criar, assim, uma interdependência entre os vários níveis de poder, fortalecendo a figura do Interventor Federal que, além de ser o gerenciador dos recursos destinado a seu Estado, é também o canal através do qual os interesses dos municípios se articulavam com o centro. Por último, aliada a estes fatores, a inexistência de lutas partidárias durante todo o período de predomínio do Estado Novo, iria facilitar a implantação, sob a coordenação do Interventor Menezes Pimentel com a colaboração de seus assessores mais diretos, de uma bem indutada máquina eleitoral, "a qual tinha suas bases nos prefeitos, delegados de polícia, sem esquecer a atuação profundamente partidária de várias repartições estaduais, notadamente a secretaria da fazenda, por intermédio dos coletores políticos e do Departamento Geral de Educação com transferência ostensiva e impiedosa do professorado" "O POVO" (05/11/45:1)

Ao lançar-se em campanha, buscando reconquistar o espaço perdido para a situação durante o período ditatorial, a oposição cearense, agrupada em torno da U.D.C. irá encontrar um clima de tensão e conflito, o qual, em alguns momen



tos é fomentado pela oposição para dele tirar proveito, procurando desmoralizar a situação acusando-a de "autoritária e anti-democrática" O POVO (30/05/45).

Conta a oposição nos centros urbanos, principalmente em Fortaleza, com o apoio dos grupos progressistas formados por profissionais liberais e estudantes universitários, estes últimos organizados na União Democrática Universitária, sensibilizados pelos slogans políticos que adotam várias demandas populares, como "luta contra a pobreza", Democracia "Justiça Social", "Democracia Econômica" etc.

#### 6.1. A ZONA NORTE DO ESTADO

É no interior do Estado, no entanto, que a luta política irá se travar com maior intensidade entre as duas facções, com a situação tentando manter o seu esquema montado durante os anos de Interventoria e a oposição tentando recompor seus antigos quadros.

A campanha udecista ganha, então, o interior do Estado. No dia 29 de maio a UDC, marca para a cidade de Sobral um grande comício que tinha por finalidade congregar em torno de seu grande líder na zona Norte o Dr. José Sabóia de Albuquerque, todas as lideranças municipais daquela região. Para se ter idéia da importância dada pela oposição ao conclave, o jornal "O POVO" daquele dia informava da presença naquela cidade de uma representação da UDC de Fortaleza, composta de nada menos de 50 políticos de grande prestígio político e eleitoral. O POVO (29/05/45:1)

No entanto, a solenidade não teria o desenrolar desejado pela oposição, pois o comício popular, marcado para aquela tarde, não chegaria a se realizar, proibido que fora pelo delegado local, sob o pretexto de manutenção da ordem.

Assim se pronunciou o jornal O POVO sobre a proibição:

"Os elementos da oposição tentaram realizar um comício na praça São João. Uma grande massa popular acorreu ao local para ouvir os oradores. Com grande surpresa porém, o delegado regional de polícia, Capitão Leite proibiu a sua realização sob pretexto de que o mesmo poderá dar margens à perturbação da ordem, pois o grupo governista estava resolvido a fazer barulho, não tolerando ataques ao Sr. Getúlio Vargas e ao Governador.

É com tristeza que registramos procedimentos tão anti-democráticos dos situacionistas da Princesa do Norte." 'O POVO' (30/05/45:6).



O fato ainda teria vários desdobramentos com cada uma das facções, dele querendo tirar proveito. É que o jornal "O ESTADO", portavoz do grupo situacionista, publica no dia 05 de junho/45, um telegrama do Sr. D. José Tupinambá - figura do maior respeito, conhecido por sua idoneidade moral, e por seu posicionamento "apolítico"-, no qual declara, haver sido informado por pessoas fidedignas de que o Capitão Leite não proibiu a realização do comício, se limitando a fazer ponderações quanto à inconveniência de serem no mesmo proferidas palavras insultuosas às autoridades constituídas.

O mesmo mereceu de pronto a reação do Dr. José Sabóia que lhe enviou a seguinte carta:

"Sobral 6 de junho de 1945  
Exmo. Sr. D. José  
M.D. Bispo de Sobral.

Tendo o jornal "O ESTADO", de Fortaleza publicado hoje telegrama em que V. Excia declarou haver pessoas fidedignas lhe afirmado que o Capitão Leite, por ocasião do comício projetado para o dia 29 de maio próximo passado, não impediu o dito comício, se limitando a fazer ponderações quanto à inconveniência, de serem no mesmo proferidas palavras insultuosas as autoridades, e como esteja em jogo uma afirmação minha em sentido contrário, rogo a V. Excia, de me declarar quais foram essas pessoas, afim de que eu, diante do grau de responsabilidade do testemunho delas, possa eu não me considerar um adulterador da verdade.

Por sua resposta, agradeço e assino-me

(a) José Sabóia." ('O POVO' 12/06/45:1)

Foi do seguinte teor a resposta de D. José:

"Sobral, em 6 de junho de 1945  
Exmo. Sr. Dr. José Sabóia de Albuquerque  
Nesta cidade.

Recebi a prezada carta de V. Excia, datada de hoje e, em resposta, cumpre-me dizer-lhe que objetivamente pessoas que respeito fidedignas, graves e desinteressadas, afirmaram-me que o Sr. Capitão Leite, Delegado Regional não impedira o comício em questão, limitando-se a ponderar que, por motivos sérios não permitiria palavras injuriosas ou insultantes contra as autoridades constituídas do País.

Quanto porém, a declarar os nomes de tais pessoas, como V. Excia pede, não me persuado da conveniência de satisfazer-lhe neste particular.



Apresento a V. Excia., as minhas cordiais Saudações.

(a) D. José, Bispo de Sobral" ("O POVO 12/06/45:1)

O Dr. José Sabôia ainda voltaria ao assunto escrevendo-lhe a seguinte carta datada do mesmo dia a qual deixou de ser replicada.

"Sobral, 6 de junho de 1945  
Exmo. Sr. D. José Tupinambá  
M.D. Bispo de Sobral

Acuso o recebimento da carta de V. Excia de hoje datada, em respeito à minha de igual teor, na qual V. Excia., embora endossando a respeito do frustrado comício de 29 de maio a versão que foi fornecida por informantes "GRAVES, FIDEDIGNOS E DESINTERESSADOS", se recusa a lhe declinar os nomes, por não estar "persuadido da conveniência de fazê-lo" a meu pedido.

Diante da omissão de V. Excia., que quer impedir sejam eles conhecidos, para que sejam desmascarados, só me resta o direito de acreditar que os adúlteradores da verdade não se encontram entre os promotores do comício, mas sim ao lado de V. Excia.

Respeitosas Saudações

(a) José Sabôia ("O POVO" 12/06/45:1)

Apesar das duas eminentes figuras não mais terem voltado publicamente ao assunto, o fato é que o desentendimento que gerou a troca de cartas, provocou um profundo fosso nas relações entre ambos, podendo mesmo levantar-se a hipótese, para posterior comprovação, de que as consequências imediatas do conflito não foram favoráveis à oposição devido, principalmente ao carisma e ao conceito de que gozava o Bispo D. José Tupinambá

O clima de animosidade continuaria até à realização das eleições tendo, no entanto, duas fases distintas: a primeira, iniciada com as consequências de Sobral, indo até a queda do Interventor Menezes Pimentel. Nesta fase o jornal "O POVO" diariamente publicava notas dando conta da violência no interior cearense contra as hostes udecistas, todas elas praticadas pelos policiais Municipais com o aval dos Prefeitos, situacionistas. Em contrapartida o jornal "O ESTADO", porta voz do Pimentelismo, refutava as notícias como facciosas afirmando que os indivíduos presos ou perseguidos pela polícia haviam cometido crimes comuns dos quais se a-



proveitavam os brigadeiristas para jogarem a opinião pública do Estado contra a administração ordeira e correta do Interventor Menezes Pimentel e seus representantes nos Municípios.

Para uma melhor compreensão dos fatos daquele momento examinemos estas duas informações:

A primeira notícia veiculada no jornal "O POVO" do dia 17 de setembro de 1945 sob o título de "violência contra brigadeiristas em Ubajara", transcrevia um telegrama enviado pelo Sr. Grijalva Costa no qual afirmava ter o coletor estadual, Messias Licurgo Aguiar, conhecido opositor daquela cidade, sido perseguido pelo Delegado de polícia, por ordem do Prefeito local."

Isto, segundo o jornal, se devia ao fato de serem os brigadeiristas a maioria esmagadora neste município.

Já "O ESTADO" do dia seguinte (18/09/45) trazia a seguinte versão dos fatos em manchete:

"O Brigadeirista procurou assassinar o Prefeito de Ubajara - O ato não se consumou devido à intervenção de numerosas pessoas - A nota veiculada pelo 'O POVO' em confronto com a verdade sobre a ocorrência".

O TEXTO: " Por várias vezes já tivemos oportunidade de denunciar ao público a mesquinha campanha de infâmias e insídias que os próceres brigadeiristas vêm movendo, principalmente no interior do Estado, contra as hostes do PSD. Procurando deturpar a verdade dos fatos, usando de inescrupulosos expedientes, afim de criar uma onda de desordem em nosso cenário político, uma vez que no clima de tranquilidade que se respira é impossível levar de vencida esta parada de civismo que empolga o país, a oposição lança mão de torpes métodos, com objetivo de concretizar os seus planos previamente traçados. Neste terreno de falsidade e de inverídicas acusações é que vive o Ceará a candidatura do Major Brigadeiro.

Comprovando de maneira irrefutável o que afirmamos acima, restabelecemos a verdade sobre o caso de Tamboril, em nossa edição de domingo, para falar no mais recente, e, hoje, ilustremos aquela assertiva irradiando à luz da verdade sobre a prisão do coletor de Ubajara.

E para que o público julgue da insinceridade com que ajem os nossos adversários políticos, damos a seguir, a íntegra do telegrama que nos foi enviado pelo Dr. Aloísio Goês referente ao assunto:

Ubajara, 16 - O ESTADO

Coletor estadual Messias Licurgo Aguiar, conhecido opositor, tentou hoje matar o



Prefeito Municipal, Sr. José Oliveira Vasconcelos, estando este em sua própria residência. Coletor apesar preso flagrante não se entregou prisão. População revoltada brutal gesto. Fato não se consumou virtude intervenção grande número de pessoas.

(a) Aloísio Goes.

A segunda fase se inicia com a ascensão do Sr. Beni de Carvalho à função de Interventor Federal, no lugar do Sr. Menezes Pimentel, fato que discutiremos no decorrer do presente trabalho.

Logo que empossado o novo Interventor promoveu a exoneração de todos os Prefeitos e Delegados de polícia que serviam ao ex-interventor.

A "Derrubada Geral", levada a efeito pela Interventoria, irá provocar uma profunda mudança no quadro político cearense. O PSD, partido da situação estadual, estava agora na defensiva, com a destruição total do seu esquema eleitoral.

Mudara a face da situação política e agora é o Pimentelismo, através de seu porta-voz oficial, que reclama do clima de violência e terror no interior do Estado, enquanto que a UDC aplaude as medidas do Interventor Beni de Carvalho, aclamando-as como semeadoras e salvadoras da vida política cearense.

Apenas para ilustrar a nova situação política do Estado transcrevemos algumas manchetes do jornal "O ESTADO".

"Violência e terror nos sertões - veementes protestos contra as ameaças e a ação facciosa dos prefeitos e delegados recém-nomeados, nos municípios de Tauá, Aquiraz, Aracati, Brejo Santo, Cedro, Assaré, Senador Pompeu e Jaguaruana." - O ESTADO (20/11/45: 1).

"Revoltante cena de canibalismo em Ubajara"

"Os brigadeiristas apedrejaram a residência do Coronel Cavalcante ferindo até uma criança - Ambiente de terror e insegurança, nenhuma providência da Autoridade Policial" O ESTADO (28/11/45:1).



## VII - A FORMAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

No âmbito geral a formação dos Partidos Políticos no Ceará obedeceu à mesma regra de todo o país. A situação congregou as suas forças no PSD, que se baseava no Interventor e nos chefes políticos municipais, seus aliados. A oposição criou a UDN, a qual, reuniu os opositores ao Estado Novo.

Entretanto, é impossível falar, por exemplo, de uma unidade fisionômica dos partidos nacionais; cada Estado é uma unidade política, onde os partidos assumem uma mentalidade própria, e um comportamento diferenciado, funcionando como um centro autônomo da vida política nacional.

A formação dos partidos cearenses obedeceu, assim, a certas condições estruturais, e conjunturais internas estas últimas condicionadas pelo jogo das elites políticas do Estado na luta pelo poder.

É inegável que durante os 15 anos que Vargas passou no poder, se verificou no Ceará um processo incipiente de industrialização, ao mesmo tempo que se modernizaram. É inegável, também, que a revolução de 30, e todos os seus desdobramentos, não provocou rupturas nas estruturas básicas da sociedade que viesse afetar as formas de dominação das elites estaduais. Afinal, estas elites continuavam a dispor do controle dos principais instrumentos de dominação de que dependiam para se manter como classe dominante as instituições, os mecanismos de poder e as formas de apropriação e produção.

A classe dominante no Ceará, durante o período de reorganização partidária em 1945, dividiu-se basicamente em duas correntes políticas, uma se fez representar pelo Partido Social Democrático, (PSD) o qual representava a situação, e tinha como baluarte o Interventor Menezes Pimentel. Quando do início da organização dos Partidos tinha este a situação mais sólida, pois herdara toda a estrutura política montada durante o Estado Novo.

O PSD, em decorrência talvez da sua própria condição de partido situacionista, não preconizava grandes mudanças, procurando manter-se no poder para continuar gozando das vantagens que até agora vinha desfrutando. Em seu programa juntou um pouco do Estado Novo com um pouco de



Democracia. Seu candidato nacional, o General Eurico Gaspar Dutra, era o candidato dos conservadores. Seria ele, com constituição, uma continuação de Vargas. Para os proprietários de terras ele representa a tranquilidade social, a paz nos feudos, e a intangibilidade da terra na qual Getúlio já mais havia tocado.

#### 7.1. A ORGANIZAÇÃO DO PSD LOCAL E SUAS DISSIDÊNCIAS

O Sr. Olavo Oliveira, como membro da comissão executiva nacional provisória do PSD, político hábil aliado a um aludido prestígio nas altas esferas da situação nacional - segundo deixa transparecer seu discurso político - recebe a incumbência de organizar não só os estatutos e o programa do Partido Social Democrático como os diversos diretórios (municipais) naqueles municípios cujos chefes políticos locais seguiam sua orientação política.

Nestas condições - que levam a oposição a taxá-lo de chefe supremo do "Queremismo" (1) no Ceará -, pleteia para si a chefia da agremiação pessedista. Suas pretensões, no entanto, iriam de encontro aos anseios da outra facção pessedista que desejava para seu chefe, o Interventor Menezes Pimentel, a conquista da ambicionada posição. Cria-se então, o impasse entre as duas facções do partido situacionista.

Realizou-se assim, a primeira convenção estadual do partido na qual a maioria liderada pelo Sr. Menezes Pimentel o empossa na presidência da executiva estadual. O Sr. Olavo Oliviera tenta de toda maneira impugnar o resultado da convenção acenando para seus correligionários com a possibilidade de realizar-se outra convenção.

(1) Queremismo: Denominação perjorativa das correntes políticas que preconizavam a continuidade de Getúlio no Poder.

Assim também designado o PCB que lançara a palavra de ordem de "Constituinte com Getúlio" esta significava que primeiro dever-se-ia eleger a Constituinte, para depois eleger-se o Presidente da República. Tese esta defendida também pelo PTB.



Na convenção nacional do partido, marcada para 17 de julho no Rio de Janeiro, se tenta pela primeira vez um acôrdo entre as partes litigantes.

Assim o jornal ' O ESTADO ', porta-voz da facção pimentelista, se reporta sobre o assunto.

"Tendo em vista o desejo de unificar os elementos que, no Ceará, apoiam a candidatura do eminente General Eurico Dutra à presidência da República, realizaram-se convenções entre o Interventor Menezes Pimentel e o Sr. Antonio Gentil de uma parte, e o professor Olavo Oliveira, de outro lado, examinando-se a possibilidade de um entendimento a respeito e as bases em que o mesmo poderia efetivar-se.

Entretanto, o Interventor Menezes Pimentel, que é o Presidente da Executiva estadual do P.S.D. e que, nesse caráter, participou de reuniões do conselho nacional e da grande convenção do dia 17 na capital da República, não entrou em nenhum acôrdo para abrir mão da presidência da secção cearense, que legitimamente lhe cabe; sendo certo, ao contrário, que ao professor Olavo Oliveira, com relação à direção da Executiva, a posição oferecida foi a de vice-Presidente, como já afirmou de público o Sr. Antonio Gentil, o qual se dispôs a renunciar a esse posto para facilitar a conciliação".  
"O ESTADO" (2:618 / 22/07/45:1)

Como a conciliação não ocorreu, e como existia dissidências dentro do Partido em vários Estados, a Executiva Nacional, resolveu tomar para si a responsabilidade de resolver o impasse criado entre as facções pessedistas.

Em meio à grande expectativa, circulava no dia 5 de agosto de 1945, o primeiro número do jornal "O DEMOCRATA" órgão de responsabilidade da corrente dissidente liderada pelo Sr. Olavo Oliveira.

De caráter eminentemente político, o órgão se caracterizava pelo linguajar forte com que tratava os seus adversários, e pela postura dúbia que assumiu inicialmente ao tratar diferentemente a situação nos planos federal e estadual.

Na impossibilidade de romper definitivamente com a situação federal, à sombra de cujo prestígio tanto sobreviveu e ascender à direção política do Estado, o Sr. Olavo Oliveira e seus seguidores prestam irrestrita solidariedade ao, então, Presidente Vargas ao mesmo tempo que combatem ferozmente seu delegado local, o Interventor Menezes Pimentel.



Assim o jornal "O ESTADO" se reporta sobre os fatos:

"É surpreendente que ontem" o homem que elogiava, de maneira tão derramada e excessiva, o chefe do Executivo Estadual, solicitando-lhe os favores da munificência política, seja o mesmo que hoje violentamente o apedreja, tomando a iniciativa de uma campanha de agressões e insultos que nem os seus inimigos e adversários mais exaltados até agora tinham querido realizar, respeitando-se a si mesmo, antes de tudo, e respeitando, em seguida o governante..."

Vê-se até à mais completa evidência, que a conduta de S. S. é apenas oriunda do despeito, que lhe advem do fracasso partidário. Se houvesse vingado o acôrdo que chegou a negociar-se, se se houvesse consumado, até a sua completa solução, a conciliação pretendida, o Interventor Menezes Pimentel já não seria o réprobo que é hoje apontado à execração pública, mas um administrador idôneo, um homem público compenetrado dos seus deveres..." (O ESTADO "08/08/45:3).

A questão da dissidência entre as duas facções do PSD, só seria definitivamente resolvida quando da decisão da Executiva Nacional, favorável à permanência dos intervenores à frente das executivas estaduais em reunião realizada no Rio de Janeiro no dia 10 de agosto, da qual participaram, Dutra, Gois Monteiro e João Alberto.

A resolução fortaleceria a figura do interventor ao mesmo tempo que desligava definitivamente o Sr. Olavo Oliveira do partido da situação já que o mesmo considerava inexistente os diretórios organizados pelo Chefe dissidente.

"O ESTADO", assim justificava a medida tomada pela executiva nacional:

"A confusão criada em vários Estados pela propaganda agitada e desleal das dissidências vinha concorrendo para enfraquecer a campanha eleitoral em favor do candidato das forças majoritárias, desde que os ataques aos governos estaduais poderiam gerar o descontentamento, a desconfiança e o desalento entre os elementos que se agrupam em torno do situacionismo. No Ceará, por exemplo, o audacioso Chefe dissidente chegou a insinuar, pelas colunas do seu jornal, que contava com o apoio de próceres da política nacional, inclusive o eminente General Dutra, para combater injustamente o delegado de confiança do Presidente da República, recorrendo aos mais reprováveis expedientes. Usando e abusando das relações de amizade pessoais os dissidentes faziam de boa ou má fé, o jogo das oposições, traíndo, por consequência, a confiança dos seus prestigiosos amigos. Era chegado o momento de



por fim a essa exploração. O telegrama transmitido pelo General Dutra ao Interventor cearense liquidou, entre nós os falsos amigos do candidato nacional." "O ESTADO" (12/08/45:3).

Em face dos últimos acontecimentos a corrente Olavista ficou, momentaneamente, sem legenda para participar das eleições que se avizinhavam. O fato, entretanto, irá provocar a adesão de alguns chefes políticos interioranos ao pimentelismo. Pelo menos dois importantes chefes políticos irão se transferir para aquela corrente, "o Sr. Lourival Lourinho, presidente do diretório olavista de Licânia, e também chefe político de incontestável valor eleitoral naquele município e o Cel Anísio Mendes, prestigioso chefe político de Quixeramobim" "O ESTADO" (25/08/45:3).

O jornal " O DEMOCRATA " daquelê dia iria acusar " o pimentelismo de estar usando de processos facciosos e venais somente para atrair para suas hostes aquelas pessoas, que por amor a mesquinhos interesses materiais teriam manifestado a sua adesão à corrente política dirigida pelo Interventor.

Menos de um mês se passara da tentativa do Sr. Olavo Oliveira para organizar uma segunda convenção do PSD e assumir a sua direção estadual, passa a construir outro partido, o Popular Sindicalista (PPS)

O Partido Popular Sindicalista surgira inicialmente em São Paulo sob a direção do Sr. Marrey Junior pela necessidade de uma legenda que atendesse às dissidências pessedistas estaduais que ficaram sem partido após a resolução da executiva nacional em relação aos dissidentes.

Uma das características do novo partido era a não existência de candidato à presidência da República, fato que deixava as representações estaduais muito à vontade para negociar o seu apoio às candidaturas existentes.

No Ceará, com o rompimento definitivo das facções olavistas e o PSD, romperam-se também os compromissos assumidos anteriormente pelos olavistas com a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra, mas mantendo o seu apoio ao Presidente Getúlio Vargas.



## 7.2. A U D N E SUAS ELITES

Das três agremiações políticas mais importantes do Estado era a UDN que mantinha até aquele momento a maior unidade partidária, apesar da existência no seio do partido de vários grupos que seguem religiosamente as orientações de seus chefes políticos mas se mantinham unidos em torno da bandeira brigadeirista.

De certa forma, parece ser este o elemento integrador que manteve unido o partido oposicionista.

Porém, um novo fato viria mudar sensivelmente o curso dos acontecimentos políticos do Estado ameaçando de perto a unidade partidária da oposição.

A assinatura do decreto-lei nº 8.063 de 10 de outubro de 1945 antecipando as eleições estaduais para 2 de dezembro pegou todos os políticos de surpresa, mais especialmente os udecistas que não tinham ainda sequer candidato ao governo do Estado.

No Ceará a oposição, através do Dr. José Sabóia, protestou veementemente contra o decreto do Ditador Vargas, convocando eleições estaduais simultaneamente com as federais, modificando ao seu arbítrio as normas estabelecidas pela lei eleitoral. Em Sobral assim se expressou o ex-juiz de Direito da "Princesa do Norte".

"Embora me faleça autoridade para apreciar como jurista, que não mais o sou, o ato ditatorial que antecipou para 2 de dezembro do corrente ano as eleições para deputados estaduais e para governadores do Estado, arrisco-me a considerá-lo violador da própria lei em que se baseia a faculdade com que o Ditador se tinha brindado, para decretar medidas dessa natureza.

É que, tendo o decreto-lei nº 9, de 28 de fevereiro do corrente ano, a que se atribuiu feição constitucional, em seu artigo 4, com referência ao artigo 180 da constituição de 1937, fixando o prazo de 90 dias, para expedição de atos referentes às eleições para a reconstitucionalização do país, tal disposição foi cumprida, com o código eleitoral, decreto com caráter legislativo, expedido pelo Ditador em 28 de maio seguinte dentro portanto, os 90 dias em que aquela lei fixara. Nestas condições, a falta de poder legal torna nulo o que se pratica, em contravenção a esse preceito, diz-se até, em latim, que "milos maximus dejectus quam dejectus potestis". Correio do Ceará (12/10/45:8).

O processo que se desenrola a partir de então irá



identificar grupos e facções que disputam entre si certos privilégios. dos quais o mais importante, o sonho de cada grupo, é ver um de seus representantes alçado ao posto de governador do Estado.

Começa então a surgir em grande profusão, os candidatos a candidato, principalmente no partido de oposição, o que demonstra a fragilidade do agente agregador das várias correntes oposicionistas.

O quadro político daquele instante nas hostes do UDC é descrito da seguinte forma pelo jornal Correio do Ceará (20/10/45:8)

"A União Democrática Cearense, está unida em torno da candidatura brigadeirista, mas muito indecisa ainda no que toca a candidaturas estaduais. No setor udecista vários nomes têm sido cogitados; falou-se no nome do Dr. José Sabóia de Albuquerque, político de larga influência na zona Norte do Estado e que chefia poderosa corrente, disposta a levar as urnas a candidatura do Brigadeiro à Presidência da República. O Dr. José Sabóia, que segundo alguns de seus porta-vozes, apoiaria o nome do Dr. Plínio Pompeu a governador do Ceará, seria por sua vez candidato ao lugar sustentado (\*) por outros elementos da oposição. Seria, não há como observar, a vitória dos "Saboistas" na UDC. Mas há que se considerar agora a existência de outros grupos poderosos, o "Tavorista" por exemplo, de quem o chefe o Dr. Fernandes Távora, tradicional chefe político em todo o Estado, onde sua influência data de muitos anos. De certo modo é esse o grupo centralizador da UDC., integrando de maneira segura e decisiva, mantendo a todo custo, a unidade do partido.. E esse parece ser o seu objetivo, daí os nomes como os do desembargador Faustino Albuquerque e Dr. Edgar Arruda terem sido levantados dentro da UDC, graças ao espírito unitário dos elementos "Tavoristas", ligada por sua vez, a numerosas figuras dos vários setores da oposição".

O período também é marcado pelo início das demarques, com o objetivo de por em prática o propalado concha-ve entre o PPS e a UDN, tendo de um lado o Sr. Olavo Oliveira e do outro o Sr. Fernandes Távora. O acordo, no entanto, iria esbarrar na intransigência do Dr. José Sabóia, que não aceita compor ao lado de seu velho adversário, tendo declarado que no caso deste passar para a oposição, sairia desta na mesma hora.

(\*) este lugar seria o de Senador da República



Em face destas declarações surge a notícia que o Sr. Antonio Gentil teria viajado a Sobral com a finalidade de convidar o Dr. José Sabóia para se reunir, no plano estadual, ao Interventor Menezes Pimentel.

A notícia veiculada pelo jornal Correio do Ceará, parece ter causado inquietações no seio da oposição, e logo no dia seguinte o jornal "UNITÁRIO" afirma que "em face da atual situação política do Estado e afim de "conversar" com o Dr. José Sabóia, teria seguido para Sobral os Drs : Fernandes Távora, Plínio Pompeu, Egberto de Paula Rodrigues e Gentil Barreira, destacados próceres da União Democrática Cearense".

Segundo se dizia o Dr. José Sabóia vinha sendo trabalhado por figuras do situacionismo, no sentido de aderir ao governo desde que o Dr. Olavo Oliveira, seu antigo adversário, viesse a se unir à UDC para a escolha do governador do Estado. Por essa razão aqueles líderes da oposição teriam ido à Princesa do Norte, apressadamente, a fim de desfazer o "trabalho" do governo evidentemente comprometedor para a vitória da oposição".

A estas alturas a candidatura do Desembargador Faustino Albuquerque lançada pelo grupo "Tavorista", crescerá assustadoramente mostrando-se irreversível. O Partido Popular Sindicalista adere oficialmente à candidatura do Desembargador através de artigo do Sr. Olavo Oliveira no Jornal "O DEMOCRATA".

O Dr. Plínio Pompeu vem a público externar o pensamento dos Saboistas. Segundo suas declarações prestadas ao Correio do Ceará o Dr. José Sabóia estaria disposto a aderir à candidatura Faustino Albuquerque desde que esta não venha como produto de nenhum acôrdo político com quem quer que seja. Que a mesma seja da responsabilidade tão somente da UDN secção do Ceará.

A dedução lógica do pensamento do Dr. José Sabóia, neste caso, seria a seguinte: no caso da UDN assumir total responsabilidade pela candidatura Faustino quem quer que viesse apoiá-la posteriormente, o faria de espontânea vontade sem que isso criasse compromissos por parte da oposição.

Além dos Saboistas a corrente conservadora liderada pelo Dr. José Acioli, não querendo apoiar o acordo em -



tre o Sr. Olavo Oliveira e UDN, ameaça romper com esta entidade.

Do lado do Partido Popular Sindicalista a ameaça de desistência - caso se concretizasse o acordo com a União Democrática Nacional - também partia da zona Norte do Estado, onde o chefe político, Cel. Francisco Monte diverge do propalado acordo partidário. A versão inicial dava conta de que as divergências existentes nas hostes Olavistas decorriam do desacordo do Coronel Francisco Monte à candidatura do Desembargador Faustino Albuquerque à presidência do Estado. No entanto, esta versão não seria confirmada pelo Sr. Francisco Monte, que deixa transparecer que sua intransigência era motivada pelo quadro político municipal onde dificilmente ficariam sob o mesmo teto sua corrente e a Saboista.

O certo é que, à medida que o tempo passava, o quadro político cearense mais complexo e indefinido ficava. Pela primeira vez o Dr. José Sabóia acena com a possibilidade de acordo político com o Sr. Olavo Oliveira, condicionando-o no entanto, a ser o nome de Plínio Pomeu lançado à candidatura ao gov.do Estado. Como a fórmula não vingou, pois os "Tavoristas" não abriram mão da candidatura Faustino Albuquerque, o impasse continuou.

Os jornais "O POVO" e "O DEMOCRATA" do dia 16 de outubro de 1945, estampam manchetes que dão conta da queda do Sr. Menezes Pimentel da Interventoria do Estado. A notícia, pegou de surpresa as hostes pimentelistas que afirmam nada terem recebido do poder central. O "O ESTADO" desmente a notícia afirmando que este era mais um golpe baixo que as oposições procuravam aplicar so seu "Chefe Político".

No entanto, no dia seguinte seria confirmada tanto a exoneração do Interventor como o nome daquele que iria substituí-lo à frente dos destinos políticos do Ceará, o Sr. Benedito de Carvalho. (1)

---

(1)... " precisando encontrar uma solução para o impasse que se criou no Ceará com a divergência entre o Interventor Menezes Pimentel e o Presidente do PSD, Olavo Oliveira, Vargas mandou que Agamenom Magalhães procurasse Linhares em sua casa ouvindo dele a indicação de um nome. O que Agamenom fez iniciando a consulta com vaga alusão ao próprio sobrinho e secretário de Linhares, José Alves Linhares, de 25 anos. Linhares reagiu energicamente, daí surgiu a indicação do Coronel Professor Benedito Augusto Carvalho dos Santos, amigo de Linhares. Conhecido apenas por Beni Carvalho, aceito a indicação por Vargas, Linhares mandou lavrar o decreto de nomeação, que foi feito a 26 de outubro. " Silva (1975:64)



O fato causa verdadeiro júbilo entre os opositores do Pimentelismo no Ceará; Udecistas e Olavistas estavam em verdadeiro estado de graça, principalmente estes últimos, pois a queda do Interventor, era uma vitória atribuída ao Chefe Sindicalista. "O DEMOCRATA" publica uma relação de telegramas de congratulações recebidos pelo Sr. Olavo Oliveira.

"O nosso querido chefe, Professor Olavo Oliveira, continua recebendo de todas as partes do Estado, expressivos telegramas de congratulações, pela grande vitória que obteve, dando ao Ceará um governo honesto e digno." O DEMOCRATA (30/10/45) \*

O colunista político do jornal "Correio do Ceará" assim vê o novo quadro:

"Antes de mais nada, com a nomeação do Sr. Benini de Carvalho para a Interventoria Federal, é preciso ver que vamos ter, afinal, um governo nitidamente olavista e que, segundo declararam elementos do partido popular sindicalista, tem um só objetivo: presidir as eleições, entregando o poder, depois, ao candidato legitimamente eleito. Neste caso o Sr. Olavo Oliveira prestigiado pela nova Administração cearense, estaria a vontade para dirigir como bem entendesse a política do Estado." Correio do Ceará (04/11/45:8)

Na realidade, das três agremiações partidárias do Estado o Partido Popular Sindicalista, foi o que mais se beneficiou com as mudanças ocorridas com a exoneração do Interventor Menezes Pimentel. A prova da nova situação de privilégio que goza o Olavismo está no documento lançado pelo partido reivindicando medidas consideradas por eles como saneadoras para o Estado com vistas às eleições de 2 de dezembro de 45.

Dos 17 pontos do Documento citaremos alguns, que consideramos mais importantes:

"O Partido Popular Sindicalista, seção do Ceará, que obedece à direção do eminente Professor Olavo Oliviera enviou ao ilustre Interventor Dr. Benini de Carvalho, novo chefe do Executivo Cearense, o seguinte memorial em que pede a S. Excia, a adoção de inadiáveis medidas para que as eleições de 2 de dezembro sejam de fato livres e honestas, segundo a vontade do povo.

(\*) Segue-se uma lista de 22 telegramas de diferentes municípios.



Exmo Sr. Dr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos. D. D. Interventor Federal neste Estado.

" O Partido Popular Sindicalista " agremiação política de âmbito nacional constituída na conformidade da legislação vigente, por sua comissão Diretora Estadual infra assinada, vem expor e solicitar a V. Excia., o seguinte:

1) - O movimento dirigido pelas classes armadas que teve por epílogo a ascensão ao govêrno da República do Presidente do Supremo Tribunal Federal - o inelito e austero ministro José Linhares, visa a patriótica finalidade de fazer com que o pleito eleitoral de 2 de dezembro decorra num ambiente de ordem, de paz, de liberdade e de garantia dos direitos individuais sob a direção do eminente chefe do poder judiciário Nacional.

4) - Os nobres propósitos de V. Excia, estão expressos em entrevistas concedidas à imprensa desta capital e do Rio de Janeiro e decorrem também de sua honrosa investidura e das tradições de independência da sua forte personalidade de homem público.

5) - Mas para que se restabeleça, neste Estado, um ambiente próprio a livre manifestação da vontade do povo nas urnas, é imprescindível que seja desmantelada a máquina de compressão eleitoral instalada de longa data em todo o Ceará, pelo Govêrno do Estado, presidido pelo Sr. Menezes Pimentel.

6) - Na verdade o Sr. Menezes Pimentel, não obstante a sua qualidade de Interventor Federal, tornou-se também o presidente do Partido Social Democrático, secção deste Estado, e, como tal organizou uma complexa máquina eleitoral, à sombra do prestígio do Govêrno do Estado, numa demonstração gritante de partidarismo.

7) - Além de distribuir entre seus correligionários, todos os fatores que o exercício do poder lhe possibilitaram, com o objetivo claro de aliciar o eleitorado para o partido que se tornou o chefe ostensivo, neste Estado, o ex-interventor Federal logo ao se iniciar o movimento político para redemocratização do país, colocou à frente dos 79 municípios em que se divide administrativamente o Estado, unicamente políticos filiados ao Partido Social Democrático, os quais, sem exceção, passaram a exercer os cargos em função das necessidades eleitorais do seu grupo partidário e fazendo completa abstração dos direitos individuais e políticos dos cidadãos que divergiram do Govêrno do Estado.

8) - Nos albores da campanha política atual, foram demitidos dos cargos os antigos prefeitos de São Benedito, Coreaú, Granja e Licânia, nossos



correligionários, pela simples razão de não se definirem adeptos do Partido chefiado pelo então Interventor, como anteriormente já tinham sido demitidos os chefes das comarcas de Icó, Cedro, Sobral, Baixo, Guaraciaba e outros.

9) - Não é só. No propósito de assegurar a vitória eleitoral em todo o Estado, o governo promoveu a demissão em massa de todos os seus adversários demissíveis, notadamente de delegados e subdelegados, professoras, oficiais de justiça, etc., fazendo transferências dos que gozavam das prerrogativas da estabilidade no cargo.

10) - Inaugurou-se assim, no Ceará, um regime de escandalosas perseguições para fins eleitorais, exercidas pelas autoridades administrativas e policiais, em todos os municípios.

11) - De fato, os prefeitos e delegados de polícia, salvo, raras exceções, tornaram-se verdadeiras sucursais do Partido Social Democrático, que tinha sua sede real, no próprio Palácio do governo sendo certo também que o chefe do Estado permitiu que, como propaganda mascarada da sua agremiação política, os dinheiros públicos fossem distribuídos, prodigamente à guiza de construção de estradas ou de outros melhoramentos públicos.

12) - Mas o aspecto mais anti-democrático e faccioso do governo recém-extinto está, na verdade, na complexa organização policial estabelecida com o fim de provocar perseguições e infundir terror no seio das massas eleitorais, para proveito da situação dominante.

Assim é que, na quase totalidade das circunscrições administrativas em que se divide o Estado, (município e distritos) existe um elemento policial adrede instruído para fins eleitorais, quase sempre tendo às suas ordens um destacamento policial.

É na circunscrição onde, por ventura, não existe um delegado militar, as funções policiais são exercidas por delegados civis, facciosos e políticos devidamente instruídos para promoverem perseguições aos seus adversários.

14) - Por outro lado, em harmonia com os delegados, os Prefeitos exploram, despuadorada e assustosamente os jogos proibidos, fazendo face, por esse meio as despesas eleitorais.

15) - Fatos concretos demonstrativos da ação policial exercida para inconfessáveis fins eleitorais no Ceará, tem sido reiteradamente denunciados a Justiça Eleitoral e à Justiça Comum, pelos partidos que fazem oposição ao Partido Social Democrático, sendo também veiculadas pela imprensa independente deste Estado, com grande repercussão na opinião pública.

16) - É bem de ver que sem embargos dos nobres propósitos que V. Excia, trouxe de presidir o plei-



to de 2 de dezembro, com imparcialidade e absoluta justiça, esse nobre e patriótico desiderato não será atingido, eis que continua montado em sua plena eficiência, a máquina de compressão eleitoral, estabelecida pelo governo do Estado, nos setores administrativos e policial. É que, se é certo que todo o Ceará acredita e muito espera da ação de V. Excia. na campanha política que vai se desenvolvendo, é fora de dúvida também, que fora dos quadros partidários do Partido Social Democrático, ninguém acredita na liberdade do pleito dos municípios onde imperam, truculentamente, chefes facciosos e policiais orientados por chefes políticos.

17) - Em face das ponderações aduzidas, o Partido Popular Sindicalista, a bem da livre manifestação do eleitorado livre, solicita, com urgência, as seguintes providências:

a) - renomeação dos prefeitos de Coreaú, Granja, São Benedito, Cedro, Icô, Licânia, e dos demais prefeitos demitidos por motivos políticos.

b) - demissão de todos os delegados militares e substituição deles por pessoas de confiança de V. Excia.

c) - substituição dos atuais prefeitos, a critério de V. Excia.

d) - Revogação de todas as transferências e demissões de funcionários, por motivo de perseguição política, a pedido do interessado.

Com a adoção de tais medidas, voltará aos espíritos a confiança de eleições livres e honestas, num ambiente de paz e verdadeira democracia.

Queira receber V. Excia. os nossos protestos de alta estima e consideração, com os melhores votos pelo êxito de sua administração.

Olavo Oliveira - Presidente  
 Joaquim Bastos - Vice-Presidente  
 Stênio Gomes da Silva - Secretário Geral  
 João Nogueira Adeodato  
 Francisco Almeida Monte  
 Antonio Coelho Albuquerque  
 José Parsifal Barroso  
 Francisco Silveira Aguiar

"O DEMOCRATA" (04/11/45:1) nº 74.

A análise das medidas propostas ao novo Interventor pelos Olavistas sugere que, na verdade, estas se reduzem a dois pontos principais: primeiro reforçar o Partido Popular Sindicalista renomeando os prefeitos daqueles municípios que seguiam a orientação política do Sr. Olavo Oliveira e, segundo, destruir por completo a máquina eleitoral organizada pelo ex-interventor, demitindo todos os prefeitos municipais e delegados de polícia.

Seis dias depois da publicação do documento reivindicatório do PPS, o Governo Estadual publica a primeira



lista de prefeitos demitidos. Coincidência ou não, dos seis primeiros prefeitos demitidos, 4 constavam do documento, como tendo sido os seus antigos prefeitos demitidos pelo Interventor Menezes Pimentel por serem correligionários do Sr. Olavo Oliviera. Os municípios eram: São Benedito, Coreaú, Granja, Licânia, Santanopole e Caririassú.

Iniciara-se, portanto, o desmoronamento da máquina eleitoral organizada pelo ex-interventor dando nova feição ao quadro político do Estado. No dia 13 de novembro, com o título de "Exoneradas as autoridades policiais que coagiram e perseguiram os eleitores UDESSISTAS E SINDICALISTAS no governo do Sr. Menezes Pimentel", o jornal "O DEMOCRATA" publica uma relação de 50 municípios que tiveram os seus delegados de polícia exonerados, ao mesmo tempo que apresentava os nomes dos delegados nomeados.

A derrubada Geral seria completada pelo ato de exoneração de 68 prefeitos no dia 17/11 ou seja o restante dos que serviram ao ex-interventor.

O panorama político do Estado modificava-se sensivelmente com as mudanças ocorridas com as demissões em massa dos prefeitos e delegados municipais invertendo-se a situação que começara a se definir em favor dos grupos oposicionistas. A união entre Udecistas e Sindicalistas ainda não havia sido confirmada devido à intransigência do Dr. José Sabóia em impor condições para a realização do acôrdo. Apesar de haver transigido do seu ponto de vista inicial, o líder Sobralense condicionou o acôrdo ao fato de serem as duas cadeiras ao Conselho Federal (senado) destinadas a elementos da UDN., devendo a candidatura do Desembargador Faustino Albuquerque ser lançada somente pela UDN.

A fórmula imposta pelo líder da zona Norte, porém, não vingaria e tudo indica que o acôrdo corre à sua revelia tendo sido êste levado a efeito pela facção "Tavorista" da UDN.

Faltam-nos, porém, informações suficientes para afirmar categoricamente o fato necessitando-se de uma posterior investigação para sua comprovação.

O tão propalado acôrdo se efetivaria através de uma moção apresentada e defendida da UDN-CE pelo Sr. Aristides Ancilon Aires Alencar, da facção "Tavorista"; no texto da moção estabelecia-se as bases do acôrdo, no qual fi



caria destinado ao Sr. Olavo Oliveira uma das vagas de candidato a senador na legenda oposicionista em troca do apoio do PPS à candidatura Faustino Albuquerque à governança do Estado. A moção foi assinada por 60 representantes de diretores municipais.

O acôrdo porém, não seria recebido muito bem por todos os elementos das duas partes; pelo lado da UDN, há indícios de que o Dr. José Sabôia tenha se sentido traído pela maneira como foi feita a união; já o Dr. José Acioli, membro da Executiva estadual, por não apoiar o acôrdo, rompeu com esta entidade transferinso-se para o Partido Democrata Cristão.

Do lado dos Sindicalistas, a dissensão foi maior ; o Sr. Francisco Monte destacado membro daquela agremiação , trasferiu-se de armas e bagagens para o Partido Social Democrático que era, sem dúvida, o maior adversário dos Sindicalistas. O PSD que atravessava um momento difícil recebeu-o de braços abertos. " O ESTADO " faz o seguinte comentário sobre o fato:

"E efetivamente foi depois que estamos na adversidade, que o PSD recebeu o apoio e a solidariedade do Coronel Francisco Monte que é, individualmente, a maior expressão eleitoral do Estado pois arrasta consigo todo o eleitorado Sindicalista de Sobral, Licânia, Tamboril, Santa Quitéria, Nova Russas, Reriutaba, Tianguá, e a maior parte de Coreaú".  
" O ESTADO " ( 23/11/45:1) nº 2749.

Em consequência deste rompimento, também romperia com o PPS o Sr. Parsifal Barroso, mas não acompanharia o Cel. Francisco Monte, preferindo ingressar nas hostes do PDC.

Finalmente, o quadro cearense estava definido para as eleições de 2 de dezembro, 1945. Esgotado o prazo para registro de candidatos, tinham sido registradas as seguintes chapas: (1)

União Democrática Nacional

Para o Senado:

Plínio Pompeu de Sabôia Magalhães

Olavo Oliveira

(1) Os dados que seguem sobre as eleições, procedem das atas e mapas de apuração final do TRE.



A zona de Sobral estava assim constituída:

Sobral	15.161	eleit.	Inscritos
Massapê	4.680	"	"
Licânia	4.294	"	"
Carirê	2.988	"	"

Fonte: " O POVO" 30/10/45.

A relação acima demonstra a razão do grande prestígio político que gozavam naquele período as lideranças políticas da zona Norte do Estado. O fato é que das 8 maiores zonas eleitorais do interior cearense em número de eleitores inscritos 6 (seis) estão localizadas naquela região do Estado. São Elas:

Itapipoca, Granja, Ipú, São Benedito, Sobral e Uruburetama.

QUADRO GERAL DAS ELEIÇÕES - 1945

Eleit. Inscritos	Nº de votantes	%	Nº Abstenções	%
354.905	291.739	82,20	63.166	17,80

Fonte: T.R.E. - CE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - 1945

Votos Válidos	%	Votos Brancos	%	Votos Nulos	%
285.595	47,85	2.226	0,80	39.18 *	1,35

CANDIDATOS	PARTIDOS	TOT.DE VOTOS	%
Major Brigad. Eduard. Gomes	U.D.N.	164.682	57,66
Gen. Eurico Gaspar Dutra	P.S.D.	108.363	37,94
Dr. Mário Rolim Teles		7	0,01
Dr. Yeddo Fiuza	P.C.B.	12.543	4,39
	TOTAL	285.595	100,00

Fonte: T.R.E. - CE



Partido de Representação Popular - PRP

Para a Câmara Federal:

Francisco de Assis Ferreira

José Pontes Medeiros

Ubirajara Coêlho Negreiros

Francisco das Chagas Silva

Francisco de Assis Arruda Furtado

O pleito transcorreu sem incidentes; dos 354.905 e leitores inscritos ("O POVO" 28/11/45:1) no Estado 291.737 compareceram às urnas havendo uma abstenção da ordem de 63.166 eleitores (TRE, Atas de apuração, 12/12/1945).

Os 354.905 eleitores inscritos, estavam distribuídos em 28 zonas eleitorais com sede nos seguintes municípios:

	Fortaleza (3 zonas)	54.049	eleitores
	Maranguape	12.544	"
	Baturité	13.123	"
	Quixadá	11.410	"
	Cascavel	7.000	"
	Aracati	9.508	"
	Missão Velha	6.711	"
*	Itapipoca	17.677	"
	Assaré	7.697	"
*	Crateús	10.571	"
*	Uruburetama	16.453	"
*	Granja	14.257	"
	Crato	10.076	"
	Russas	10.323	"
	Jaguaribe	10.539	"
	Quixeramobim	7.274	"
	Senador Pompeu	11.150	"
	Iguatú	19.810	"
	Lavras da Mangabeira	11.687	"
	Icó	6.937	"
	Tauá	7.092	"
*	Ipú	16.667	"
*	São Benedito	15.734	"
*	Sobral	27.123	"
	Milagres	6.126	"
	Juazeiro	13.458	"

\* Zonas eleitorais do norte do Estado.



Partido Libertador - PL

Para a Câmara Federal:

Adonai de Souza Medeiros

Antonio Turbai Barreira

Carlos Maik Jurandir de Alencar

Jurandir Montenegro Magalhães

Francisco Túlio Peixoto de Alencar

Felipe Moreira Lima

Francisco Marques de Souza Carvalho

Geraldo Carlos Lemos

Jáder Moreira de Carvalho

João José Viana

Juraci Montenegro Magalhães

Manuel Geraldo Alencar

Olavo Moraes Ataíde

Valter Gaspar de Oliveira

Vítor do Espírito Santo

Partido Comunista

Para o Senado:

Luis Carlos Prestes

Jeovah Mota

Para a Câmara Federal:

Luis Carlos Prestes

Jeovah Mota

Cornélio Diógenes

Domingos Gusmão de Lima

Manuel Isnard de Souza Teixeira

Humberto Lucena Lopes

Joaquim Silveira dos Santos

José Bento de Souza

Joel Carvalho de Souza

Isac Maciel

Joaquim Eduardo Alencar

José Marinho de Vasconcelos

Wanda Oton Sindou

Waldomiro Queiroz Bastos

Stélio Lopes Mendonça

Rosendo Anselmo de Lima

João Batista Silva



Partido Democrata Cristão - PDC

Para Câmara Federal:

Benedito Augusto Carvalho dos Santos

Padre Arquimedes Bruno

José Parsifal Barroso

Idelfonso de Abreu Albano

José Pompeu Pinto Acioli

Ocelo Pinheiro

José Teles da Cruz

Raimundo Freitas Ramos

Eduardo Alves Dias

Murilo Penha

Humberto Rodrigues de Andrade

Manuel Alfredo Rodrigues Pinheiro

Partido Popular Sindicalista - PPS

Para o Senado:

Olavo Oliveira

Plínio Pompeu de Sabóia Magalhães

Para a Câmara Federal:

Antonio Correia da Silveira

Artur Eduardo Benevides

Edmilson Falcão

Francisco Carlo de Oliveira

Guilhermina Ribeiro do Vale Araújo

Humberto de Castro

João Nogueira Adeodato

José Alves Linhares

Padre Osvaldo de Figueirêdo Rocha

Plácido Aderaldo Castelo

Raimundo Gomes de Matos

Stênio Gomes da Silva

Linderdorff da Costa Ribeiro

Partido Agrário Nacional - PAN

Para Câmara Federal:

Humberto Rodrigues de Andrade

Tomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho

Júlio de Melo



Para a Câmara Federal:

Manuel do Nascimento Fernandes Távora

José Borba de Vasconcelos

Paulo Sarazate Ferreira Lopes

Gentil Barreira

Edgar Arruda

Egberto de Paula Rodrigues

Benedito A. Carvalho dos Santos

Agapito dos Santos Sâtiro

José Ramos Tôrres de Melo

Figueirêdo Rodrigues

João Leal

Antonio Araripe

Leão Sampaio

Joaquim Teles

Vergílio Augusto de Moraes Filho

Eusébio Mota de Alencar

Humberto de Moura Ferreira.

Partido Social Democrático - PSD

Para o Senado:

Francisco Menezes Pimentel

Cesar Cals de Oliveira

Para a Câmara Federal:

Antonio da Frota Gentil

Crisanto Moreira da Rocha

Raul Barbosa

Francisco de Almeida Monte

Paulo de Almeida Sanford

Padre Bruno Teixeira

Oswaldo Studart Filho

Wilson Gonçalves

Jaime Carneiro Leão de Vasconcelos

Francisco Vasconcelos Arruda

Anésio Frota Aguiar

José Mateus Gomes Coutinho

Ernesto Gurgel-Valente

Pedro Teófilo Ramos

Antonio Alves Costa

Manuel Carlos de Gouveia

Luis Cavalcante Sucupira



SENADO FEDERAL - 1945

CANDIDATOS	PARTIDOS	TOT.DE VOTOS	%
Dr. Plinio Pomp.Sabóia			
Magalhães	UDN-PPS	160.467	28,56
Dr. Olavo Oliveira	UDN-PPS	157.000	27,95
Dr. Cesar Cals de Oliv.	PSD	109.474	19,49
Sr. Fco. Menez.Pimentel	PSD	106.705	18,99
Sr. Luiz Carlos Prestes	PCB	14.070	2.50
Major Jeovah Mota	PCB	13.968	2.50
Total dos votos em dúplice votação:		561.684	100,00
Votos brancos		3.974	
Votos nulos		1.974	

Fonte: T.R.E. - CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS - 1945

Vot.válid.	%	Branc.	%	Nulos	%	Legend.	%	Total
281.507	98.51	2.748	0,96	1.453	0,50	104	0.03	285.812

Fonte: T.R.E. - CE

Votos por legenda	Total	%	Nº de Candid.Eleit
União Democrát.Nac.	122.518	43.09	7+3 = 10 *
Part.Social Democrát.	92.064	32.37	5
Part.Pop.Sindicalista	43.968	15.47	2
Part.Comum.Brasileiro	12.098	4.25	Não ating. o quociênte
Part.Democ.Cristão	5.405	1.91	Eleitoral
Part. Rep.Popular	3.144	1.10	"
Part.Libertador	656	0,23	"
Part.Agrár.Nacional	1.738	0.62	"
Votos de legenda	104		-
Votos brancos	2.748	0.96	-
Total	284.359	100.00	-

Fonte: T.R.E. - CE



QUOCIENTE ELEITORAL

Nº de vot.válidos	Nº de vagas	Quoc. Eleitoral
284.359	17	16.727

Fonte: T.R.E. - CE

\* " Como os demais partidos não atingiram o quociên-  
te eleitoral, a UDN seria beneficiada pelo arti-  
go 48 do decreto-lei Nº 7586 de 28/05/45 e art. 35  
do decreto-lei Nº 4 das instruções baixadas pelo  
Superior Tribunal Regional a 25/10/45 nos quais os  
lugares não preenchidos com a aplicação dos quociên-  
tes partidários, serão atribuídos ao partido que  
alcançar o maior número de votos" No caso é a UDN  
que irá ocupar os três lugares não preenchidos, fa-  
zendo um total de dez deputados à Câmara Federal."

Fonte: T.R.E. - CE

A UDN elegeu os seguintes candidatos à Câmara Fede-  
ral em 1945:

CANDIDATOS ELEITOS	Nº DE VOTOS
Manuel do Nascimento Fernandes Távora	23.240
Paulo Sarazate Ferreira Lopes	15.131
Gentil Barreira	13.942
Benedito Augusto Carvalho dos Santos	12.175
Edgar Cavalcante de Arruda	11.450
Egberto de Paula Pessoa Rodrigues	6.707
Joaquim Fernandes Teles	6.667
José de Borba Vasconcelos *	5.837
Leão Sampaio *	5.520
Antonio de Alencar Araripe *	5.135

\* Eleitos pelo quociente partidário

Fonte: T.R.E. - CE

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

CANDIDATOS ELEITOS	Nº DE VOTOS
Crisanto Moreira da Rocha	14.107
Antonio da Frota Gentil	11.673
Francisco de Almeida Monte	11.630



Cont.

Oswaldo Studart Filho	9.522
Raul Barbosa	8.665

Fonte : T.R.E. - CE

PARTIDO POPULAR SINDICALISTA

CANDIDATOS ELEITOS	Nº DE VOTOS
Stênio Gomes da Silva	10.952
João Nogueira Adeodato	10.700

Fonte: T.R.E. - CE

8.1. FATÔRES QUE INFLUENCIARAM O PLEITO

Em primeiro lugar cumpre ressaltar, como fator principal e geral, a influência que exerceu no pleito o Interventor Beni de Carvalho. Sua atuação direta e indireta, objetiva e subjetiva, à frente do poder Executivo estadual no período que antecedeu às eleições, foi determinante para o resultado final desta. Primeiro destruindo toda a máquina eleitoral montada por seu antecessor conforme já referido anteriormente. Embora não possa ser dito que ele tenha se colocado ostensivamente e de modo irrestrito a serviço dos candidatos ligados à oposição, foi evidente a influência do Interventor nas eleições nas quais politicamente tinha motivos para se empenhar, pois, era ele candidato à câmara federal pela chapa da UDN.

Apenas o fato de ser o Interventor candidato pelo partido oposicionista aumentaria a confiabilidade dos chefes políticos do interior em aderir à oposição sem o constrangimento de ter que impor a sua gente aos descabros e perseguições a que estavam sujeitos aqueles que não estavam ao lado da situação. Em consequência, a UDN conseguiu alargar consideravelmente sua influência no Interior do Estado.

Segundo Queiroz (1975:163) " Se o Coronel era da situação, seus apariguados tinham liberdade de ação para fazer o que quisessem, com a certeza de ficarem impunes ;



quando o coronel se encontrava na oposição, porém era como se a maldição se tivesse abatido sobre sua gente ; eram perseguidos, maltratados, aprisionados, e revidavam pagando violência com violência, muito embora sabendo a quanto se arriscavam. Para o apariguado, nada melhor , portanto, do que seu coronel ficar com a 'situação', a fim de que pudesse perseguir os adversários sem temor e gozar dos privilégios de sua situação".

Podemos reforçar o fato, citando a notícia veiculada no jornal " O POVO" sobre a adesão de um pequeno "chefe político" à UDN através de um chefe político maior. MANCHETE: "CHEFE PATRIARCAL ABANDONA O PSD E PRESTA SOLIDARIEDADE AO DR. JOSÉ SABOIA"

"Sobral, 16 - Acaba de desligar-se do Partido Social Democrático, o Coronel, Francisco de Souza, o tradicional "Chico de Souza", de Aprazível, conhecido pela sua fineza de atitudes, e chefe de numerosa família que se estende até o vizinho município de Tianguá.

Tal fato teve a maior repercussão nos círculos políticos sobralenses, onde o coronel Francisco de Souza é bastante conhecido, pois ha mais de 30 anos milita na política partidária.

Interrogado por alguns amigos nesta cidade declara o prestioso chefe sertanejo que, com sua nova atitude, " não virará , mas apenas voltará ao seu lugar", uma vez que sempre acompanhará a orientação política do Dr. José Sabóia, dela se afastando em 1934 por influência de amigos que mais tarde investiram contra suas terras" ( O POVO, 18/12/45).

Fatos desta natureza são diariamente registrados na imprensa local, no período que antecede as eleições reforçando a idéia de que a divisão dos quadros políticos locais em "situação" e "oposição" eram tão importantes quanto qualquer ideologia partidária.

Com as mudanças acontecidas na estrutura do poder executivo estadual, o comando da situação, que anteriormente estava nas mãos do Pimentelismo, se desloca de certa forma para as oposições que irá aproveitar-se do momento político em que gozava de tais privilégios, para concentrar todo o seu esforço e capacidade de convencimento em torno de pequenos coronéis, em áreas onde era minoritária, tendo sido assim facilitado o seu trabalho



de sensibilização as bases eleitorais, beneficiários que eram na conjuntura vigente, de mecanismos que seriam usados de modo complementar a outros fatores de ativamento e leitoral.

Parece-nos, dêste modo, perfeitamente demonstrada a influência preponderante do Executivo estadual - principalmente pelo Interventor Beni Carvalho - no resultado do pleito de 1945.

Um segundo ponto que gostaríamos de discutir, principalmente por acharmos que este influenciou de maneira determinante o resultado do pleito de 45, é o caso das dissidências verificadas, principalmente no seio do partido situacionista, provocando o rompimento definitivo de uma das facções e sua transformação em um novo partido - O Partido Popular Sindicalista - que mais tarde se aliaria à UDN, em confronto direto - tanto a nível federal como estadual, com seu partido de origem.

A divisão da situação estadual em dois partidos por si sô, já representaria o enfraquecimento do PSD e, conseqüentemente, o fortalecimento da UDN. Com a aliança, UDN-PPS as oposições tornaram-se praticamente imbatíveis para o pleito em questão. Como demonstram os números, a derrota da situação se verificou em todos os níveis nos quais se deram a disputa.

É, porém, no quadro referente ao resultado para a Câmara Federal, que fica demonstrada a influência determinante para o pleito a divisão da situação e, como consequência, a vitória da UDN.

O PSD obteve 92.064 votos (32,37%) e o PPS 43.968 (15,47%). A soma dos votos obtidos pelas duas legendas suplantaria os 122.518 obtidos pela UDN.

Pode-se, então, afirmar que, caso houvesse sido mantida a unidade no seio da situação, o pleito seria favorável ao PSD.

Um terceiro ponto a ser destacado como de influência básica no pleito de 45, são as situações de prestígio pessoal e prestígio tradicional. Como as outras influências as situações de prestígio pessoal e prestígio tradicional são responsáveis não apenas por levar a certo e determinado candidato um volume substancial de votos pessoais, de algum modo intransferíveis, com evidente reforço



da legenda partidária, mas também por privilégios o titular dos requisitos citados dentro da chefia partidária. Este é o caso do Sr. Fernandes Távora, Plínio Pompeu ( José Sabóia). Paulo Sarazate pela UDN, Olavo Oliveira - PPS e Chico Monte , Antonio Gentil e Crisanto Moreira da Rocha pelo PSD, entre outros, que, desfrutando de prestígio pessoal terão sido eleitos primordialmente em razão disto.

A estratégia usada por esses candidatos foi o controle das "reservas" eleitorais, mediante ajuda financeira direta, ou indireta, ou em forma de favores prestados a chefes locais, cabos eleitorais, ou ainda através de entidades filantropicas religiosas, centros cívicos, etc., ou às vèzes manipulando outros fatores igualmente eficazes, de aliciamento eleitoral. Muitos desses candidatos se apresentam geralmente, ligados por laços de parentela ou afetivos a grupos políticos locais - o que lhe assegura tratamento especial e às vèzes preferencial - que, colocados a serviço, ou empenhando-se a favor de certo e determinado candidato, terminam por elegê-lo.

Finalmente, não se nota a presença de candidatos - que militam nas três agremiações partidárias - que assumam posições ideológicas , ou que se manifestam ideologicamente, durante a campanha eleitoral.

Portanto, pode-se alijar do elenco de fatores de influência nas eleições de 45 o caráter ideológico. As ideologias dos candidatos eleitos vão do conservador reacionário ao liberal, mas nenhum dêles fez de sua respectiva posição ideológica bandeira de aliciamento eleitoral, e , nem a colocou sob julgamento popular.



## IX - OS ANTECEDENTES DAS ELEIÇÕES DE 1947

Após o agitado período em que vivem os políticos do Ceará na luta pela conquista de um resultado favorável a seu partido, foi feita uma pausa enquanto se preparavam para a próxima batalha de Janeiro de 1947.

A atenção dos políticos estava voltada para os trabalhos das constituintes e para as primeiras medidas do Presidente eleito, General Eurico Gaspar Dutra.

No Ceará alguns fatores relevantes para a sua vida política iriam se dar nesse meio tempo.

Com a ida do Sr. Olavo Oliveira para a Capital do País na qualidade de Senador da República pelo Estado do Ceará, o jornal "O DEMOCRATA" órgão oficial da corrente por ele liderada, deixaria de circular, sendo que seu último número (133) ainda sob esta orientação, circulou a 17 de janeiro de 1946. Porém, no dia 1º de março daquele ano ressurgiria "O DEMOCRATA", agora com nova orientação, e como porta-voz do Partido Comunista Brasileiro seção do Ceará - sob a direção dos Srs: Stélio Lopes Mendonça, Aníbal Bonavides e Elias Trindade.

A inserção, pela primeira vez na vida política cearense, de um órgão político doutrinário de esquerda, iria preocupar as lideranças conservadoras do Estado, principalmente pelo arrojo com que aquele órgão comunista se lançava na luta pela Institucionalização do partido.

O jornal se propunha a lutar e defender os interesses das camadas menos favorecidas da população, denunciando o Estado de miséria e exploração em que viviam as gentes, tanto no campo como nas cidades, além de veicular diariamente matérias de cunho ideológico-doutrinário o que balançou realmente as estruturas tradicionais do Estado.

A primeira instituição a se mobilizar contra o que se chamou de "avanço das forças Satânicas de Moscou" foi a igreja católica através dos círculos operários de Fortaleza, Centro Social Arquidiocesano e União de Moços Católicos do Ceará e outras instituições religiosas, sob a orientação do Arcebispo de Fortaleza D. Antonio de Almeida Lustosa. Iniciou-se assim uma série de Seminários e



palestras anti-comunistas em todas as grandes cidades do Estado.

Seriam utilizados ainda com este fim os vários órgãos de comunicação católicos existentes no Estado, no sentido de orientar as populações a votar apenas em candidatos recomendados pela Igreja. Com esse objetivo a Ação Católica enviava aos candidatos de todos os partidos políticos - a exceção do comunista - consultas para saber se aceitavam ou não 'os pontos de vista defendidos pela LEC' (1). Como exemplo do fato citaremos a resposta dada pelo candidato do PPS, Artur Eduardo Benevides à consulta feita pela Ação Católica, em nome da LEC (2).

(1) São os seguintes os pontos de vistas que a LEC defendia como as reivindicações essenciais da consciência brasileira:

1. "Promulgação da Constituição, em nome de Deus, e instituição do estado Democrático.
2. Princípios evangélicos de liberdade e de justiça.
3. Reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana.
4. Defesa da família, fundada no patrimônio indissolúvel com o reconhecimento dos efeitos civis aos casamentos religiosos, e assistência às famílias numerosas.
5. Rejeição de todo monopólio Educativo e instituição do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e primárias, secundárias e normais da União, Estados e Municípios.
6. Legislação do trabalho inspirada nos mais altos preceitos da justiça social e nos princípios de ordem cristã, para com os trabalhadores, tanto urbanos como rurais.
7. Preservação da propriedade individual, como base da autonomia pessoal e familiar.
8. Pluraridade sindical e de instituições de ordem sindical.
9. Pluralidade partidária, com exclusão das organizações anti-democráticas.
10. Regulamentação de assistência religiosa às classes armadas e aos presos, e reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas como equivalente ao serviço militar.
11. Combate a qualquer organização contrária expressa imediatamente aos princípios fundamentais do Direito Natural da Doutrina Cristã".

- Correio da semana - 20/10/45.

(2) A LEC havia sido reorganizada no Brasil em julho de 1945 com as seguintes finalidades:

1. "Facilitar o alistamento eleitoral dos católicos e todos aqueles que aceitarem o seu programa.
2. Formular de modo sucinto os pontos capitais de um programa mínimo, que consubstancia os grandes princípios sociais católicos.
3. Consultar os Partidos Políticos sobre os mesmos.
4. Indicar os partidos e candidatos que aceitem ou rejeitem estes princípios, deixando ao eleitor plena liberdade de escolha entre aqueles que os aceitam.



" Exmo. Sr. Presidente da justiça arquidiocesana de ação católica.

Em resposta à circular enviada por V. Excia. indagando, em nome da Liga Eleitoral Católica, qual seria a nossa atitude, como Deputado, em face dos quatro pontos principais de reivindicações católicas, temos a declarar que, como brasileiro consciente e defensor do bem e da moral, aceitamos e pregamos não somente os pontos de vista da LEC senão também todo o grande e luminoso programa da Igreja Católica, Santa e Una, roteiro e guia da humanidade.

Se com o auxílio da divina Providência formos eleito em nome da mocidade universitária da terra da luz e dos estudantes em geral, envidaremos os nossos mais caros esforços no sentido de auxiliar a tarefa de recristianização do mundo moderno, contribuindo, desarte, com o nosso humilde trabalho com prol da felicidade da Nação e da valorização do homem, acorrentado que vive, qual prometeu da lenda, ao duro rochedo do pecado...

Sentimo-nos bem proclamando publicamente o nosso integral apoio e a nossa fidelidade a igreja de Cristo, em cujas mãos entregamos o nosso destino

D. V. Excia,  
Respeitosamente  
(a) Artur Eduardo Benevides"

" O DEMOCRATA", (24/11/45:1)

A medida que se aproximava a realização do pleito, se acirrarria também o conflito entre comunistas e Igreja. Em oposição aos comícios e concentrações populares realizados pelo Partido Comunista, a Igreja, através dos círculos operários e da Ação Católica, promovia concentrações em praças públicas de Fortaleza, Sobral, Crato, e em todas aquelas cidades do Estado em que se soubesse da existência de uma célula comunista. Para isto se utilizava a Igreja de todos os canais de comunicação onde estivessem a seu alcance para atrair as massas aos locais de encontro. Exemplo do nível a que chegava a disputa está neste chamamento à população, publicado no jornal "O ESTADO" de 08/11/46.

"Monumental empreendimento, que visa proporcionar a todo operariado da terra, às classes trabalhadoras e aos patrões irmanados num mesmo sentimento - o da fé cristã - uma visão clara dos acontecimentos que ora atravessamos, para que todos estejam de taliaia contra a disseminação contagiosa dos extremismos. Usará a palavra S. Excia. Revd<sup>ma</sup>. D. Antonio de

5. Incarecer aos católicos a necessidade de ingressar nos partidos que não se oponham a esses princípios e de participarem com ardor da reintegração do país.

Correio da Semana (Sobral, 21/07/45).



Almeida Lustosa, bondoso e iluminado Arcebispo de Fortaleza.

Todos à praça José de Alencar dia 15 de novembro, às 19,30 hs..."

Sobral seria, no entanto, local do primeiro grande entrevero entre as duas correntes de opinião. Segundo a versão do jornal "O DEMOCRATA" (19/11/46:1)

"O Padre Sabino Loiola, vigário da cidade de Sobral, havia incitado a população quando da realização de um comício anti-comunista, a apedrejar a casa de um comunista, saindo ferido sua mulher e filha".

O jornal pedia ainda providências da justiça contra a atitude criminosa do padre.

O jornal "O ESTADO" publicaria, então, a sua versão dos fatos baseados no telegrama do Delegado de polícia daquela cidade.

"Publicou, há dias o jornal comunista que se edita nesta cidade um desarrazado amontoado de mentiras sobre as atividades anti-bolchevistas do Revdmo. Pe. Sabino Loiola vigário do próspero município de Sobral.

Vejam, os senhores interessados como a causa é bem diversa da que quiz forjar o vespertino de Moscou:

" Sr. Secretário de Polícia - Fortaleza -

Resposta radiograma vossência datado 24 do corrente, tenho informar seguinte: Clero desta cidade chefiado Padre Sabino Loiola vem há vários dias promovendo comícios anti-comunistas. No dia 18 deste o comício realizava-se próximo à residência de Vicente Lopes, onde se encontrava hospedada dona Marinete Ferreira Lopes, filha de Vicente, vinda de Camocim e adepta do Partido Comunista. Aconteceu que na ocasião, falava o Padre a multidão, quando Marinete saiu a porta e depois de dar viva ao comunismo, dirigiu insultos à pessoa do Padre, no que foi repelida pelo mesmo. Alguns elementos que assistiam ao comício vaiaram referida senhora, e ameaçaram depedrar sua residência. Pelo que fica acima exposto conclui-se que a imprudência partiu de dona Marinete. Afim evitar possíveis conflitos, determinei que todos os comícios doravante serão assistidos pela polícia.

(a) J. B. Gondim. Delegado Regional"

"O ESTADO" 26/11/46.



### 9.1. A LUTA PELA INTERVENTORIA

Sabedores que eram da importância de se ter nas mãos o domínio da Interventoria, os líderes do PSD, iniciam sua luta procurando colocar naquele posto uma pessoa de sua inteira confiança.

Contavam agora os pessedistas com o apoio, a nível nacional, da Presidência da República que irão acionar tendo por fim lograr o seu objetivo que seria alcançado com a exoneração, em 10/10/46, do Sr. Pedro Firmeza da Interventoria, posto que havia assumido, no lugar do Sr. Beni Carvalho eleito que fora para a Câmara Federal pela UDN. Ao mesmo tempo em que o exonerava o Presidente Dutra nomeava para aquele posto o Coronel J. Machado Lopes, homem de sua inteira confiança e inteiramente desconhecido dos cearenses.

No seu discurso de posse o novo Interventor "declararia que tudo faria para harmonizar as diferentes correntes políticas do Estado, que para isto a melhor solução era um candidato conciliando todos os interesses partidários e que contasse com o apoio da opinião pública. Caso porém, não fosse possível o acôrdo, faria com que o pleito se realizasse dentro das normas liberais democráticas num ambiente de justiça e segurança, com cada partido apresentando seu candidato". "O DEMOCRATA" (30/10/46:1)

Como não houve a conciliação preconizada pelo Interventor Machado Lopes, os partidos (UDN-PSD) apresentaram seus candidatos ao pleito de 1947. O candidato da UDN há muito que tinha sido escolhido, havendo mesmo um acôrdo firmado anteriormente entre UDN-PPS em torno de seu nome.

O candidato do PSD seria escolhido e homologada a sua candidatura na convenção realizada em 16/11/45. A escolha recaiu sobre o nome do General Onofre Gomes de Lima "Paranáense de Campos, engenheiro civil e militar, ex-oficial do gabinete de Dutra quando este era ministro da Guerra, adido militar no México no período de 1943 a 44 mantendo nesta época ótimas relações com os comandos Americanos que ali se encontravam.



Pan-Americanista e defensor das benemerências da "política da Boa-Vizinhança", conseqüentemente profundo admirador e amigo dos Estados Unidos da América, de cuja vitória em benefício da civilização e da humanidade jamais duvidou" "O ESTADO" (17/11/46:1)

Aproveitando-se do clima gerado pela igreja, de ampla mobilização anti-comunista, o candidato do PSD irá basear toda a sua campanha sobre o tema do perigo comunista. Para tanto passa a se identificar com as correntes lideradas pela igreja estando sempre presente nos eventos promovidos por esta entidade.

O pacto entre igreja e PSD seria selado em torno de um questionário composto de 8 questões elaborado pela Ação Católica, o qual foi respondido e tornado público pelo candidato a governador. O teor das questões e respostas é o seguinte:

1ª - Como encara V. Excia. o papel da igreja católica na formação da mentalidade do povo cearense?  
R- Como essencial por ser um dos fortes laços de coesão nacional.

2ª - Aceita V. Excia. como necessária a educação em todos os graus do ensino religioso nas escolas?  
R- Sim, de acôrdo com a resposta ao primeiro quesito.

3ª - No caso de ser eleito, compromete-se V. Excia. a proporcionar todas as facilidades as autoridades eclesiásticas em favor do ensino religioso nas escolas mantidas pelo Estado ouvindo-se previamente, através dos respectivos diretores, para organização dos horários a fim de que o mesmo ensino seja bem distribuído no currículo?

R- Sim. É uma consequência lógica das respostas anteriores.

4ª - É V. Excia partidário da coeducação ou, em caso contrário, estaria disposto a não permiti-las nos estabelecimentos públicos de ensino?

R- A primeira respondo não e a segunda sim.

5ª - Como agirá no govêrno V. Excia. referentemente ao jogo, encarado sob seus diversos aspectos, mesmo os capciosamente denominados de "jogos científicos"?

R- Pelas nossas leis o jogo é uma contravenção, deve ser coibido.

6ª - De que meios achará V. Excia, se deve lançar mão a fim de impedir a entrada de menores em diversões proibidas?

R- basta cumprir com as disposições legais vigentes, e aplicar os meios que se fizerem necessários.



os de acordo com o ambiente, sendo porém preferíveis os meios educacionais (predicação doutrinação).

79 - V. Excia. simpatiza com a doutrina comunista ou ao contrário, acha que o partido comunista é uma ameaça à organização política atual, da unidade nacional e dos sentimentos católicos do nosso povo?

R- Não. Julgo a doutrina contrária às nossas tradições católicas e o Partido, embora atualmente legalizado, é perigoso em vista dessa sua subordinação a um país estrangeiro.

80 - E no seu governo dará apoio ao Partido Comunista?

R- Não. Cumprirei entretanto, as disposições legais referentes ao assunto.

Em face das minhas respostas claras desejo me esclarecer se posso contar com os votos dos católicos.

(a) General Onofre Gomes Lima

" O ESTADO " 27/12/46: 1.

Com o Beneplácito da igreja a seu candidato ao governo do Estado o PSD encetaria a campanha pelo interior cearense recebendo o apoio inflamado dos religiosos municipais que denominaram de "Defensor de nossa religião".

Diante do quadro que se desenhava, com o partido da situação, oportunistamente explorando em seu proveito a questão surgida entre igreja e partido comunista a UDN começaria a dar mostras de sua preocupação com o rumo que a campanha estava tomando. Com o PSD se colocando como único e legítimo defensor de valores tão importantes para a sociedade de então como família, pátria, religião, propriedades, todos eles supostamente sob a ameaça do comunismo devassador.

Outro fato constrangedor para a UDN era a ligação que constantemente a situação insinuava existir entre a oposição e o partido comunista em torno da candidatura Faustino Albuquerque.

Esta preocupação está explícita neste trecho do discurso do Sr. Paulo Sarazate em Sobral por ocasião da convenção do partido naquela localidade.

"...Propagaram que o desembargador Faustino não era partidário dos princípios da religião. A sua resposta ao questionário da ação católica aí está entretanto, para desmoralizá-los completamente. Manifestou-se o ilustre magistrado de maneira inasiva contra o povo que durante dez anos de pretensão go -



vêrno católico do Sr. Menezes Pimentel, o jogo campeou de maneira escandalosa, recebendo a própria polícia importância vultosas para sustentá-lo. Católicos não podem ser, pois aqueles que deram apoio oficial à jogatina, condenada pela igreja. No que se refere a afirmação de que a candidatura do Desembargador é comunista nada melhor para desmenti-lo que a resposta aos questionários da Ação Católica dada pelo ilustre magistrado e a entrevista a esse respeito que concedeu ao "O POVO".

"O POVO" (30/12/46:06).

Neste mesmo dia, em Sobral durante o banquete oferecido ao Desembargador Faustino Albuquerque, dois discursos seriam pronunciados, os quais denunciam nas suas entrelinhas o momento difícil vivido pela UDN. O primeiro do próprio Desembargador, que inicia por exaltar todo o clero sobralense na figura do Bispo, D. José Tupinambá, enaltecendo suas realizações, tanto no campo espiritual como material. A manifestação de apreço para com D. José era uma tentativa de diálogo com o clero sobralense que andava meio estremecido com a UDN desde o episódio da troca de cartas entre D. José e José Sabóia.

O segundo discurso, pronunciado pelo Dr. José Sabóia, foi o mais importante da noite, principalmente pela clarividência com que o líder da zona Norte colocava a conjuntura política daquele momento. Transcrevemos aqui apenas o trecho onde é colocada de maneira clara a questão que seria o cerne de todo o conflito entre as partes em disputa.

"Divorciados completamente do favor público, incapazes de pleitearem do eleitorado livre a prorrogação, por mais um quadriênio de um governo de sangue e misérias, como o que durante dez anos conspurcou o Ceará envergonhando-o diante do Brasil e do mundo,, os curijús do partido dominante recorrerá às potências celestres para colocar o seu candidato sob a égide, de seus representantes da terra.

É assim que estão explorando a religião em seu benefício, e por meio de intrigas obrigando a boa fé de seus ministros a ajudá-los na campanha; chegaram, já a dividir o mercado político em homens votáveis e homens não votáveis, para apontarem aqueles que são os correligionários da situação dominante como os únicos que poderão deter o sufrágio do eleitorado católico.

Entre os indignos do voto, são cortados os protestantes, os marçons e os comunistas, sem se lembrarem de incluir no mesmo rol, e, pelo contrário, os candidatos integralistas, corja maldita,



hoje transformada em partido político e que são os mesmos que tentaram vender a pátria aos estrangeiros e forneceram informes aos inimigos, para que fossem afundados os nossos navios de passageiros.

A questão eleitoral, assim no Ceará se deslocou do terreno da confiança política, para o domínio da afinidade religiosa, chegando mesmo alguns diretores da consciência católica a dirigir questionários aos candidatos, prescretando-lhes o fôro íntimo e querendo tornar-lhes responsáveis pela ajuda que os eleitorados taxados de indignos lhes viessem espontaneamente oferecer. Trata-se de uma espécie nova de pecado, que os teólogos até hoje hesitam em dirigir a culpa por obra de terceiros.

É nesse ambiente de misérias, combatida pelas armas ignôbeis de mentira que vem se debatendo e alterando a candidatura de V. Excia.

Sob os apôdos, pretendendo atingir a consciência de jurista e magistrado, são más inspirações velador quando a sua convivência com ideologias inalsãs, que não seriam condenadas se os defensores da fé pudessem contar com os votos dos seus componentes, como sucede com os dos integralistas".

" O POVO" (31/12/46:8)

O discurso teria o efeito de uma declaração de guerra, só que esta agora seria aberta, não mais seria insinuada nas entrelinhas dos discursos e matéria do jornal situacionista que a oposição estava aliada ao partido comunista; agora a acusação passou a ser feita de forma direta e explícita.

O jornal "O DEMOCRATA" publicaria em primeira página o discurso do Dr. José Sabóia, afirmando em manchete ser aquele o mais importante pronunciamento do ano.

O jornal da diocese de Sobral "CORREIO DA MANHÃ" publicaria em editorial sob o título de "O Anti-Clericalismo do Dr. José Sabóia". A posição do clero sobralense com relação ao discurso, o qual, segundo o jornal, tinha o objetivo de atacar a circular nº 64 de D. Lustosa.

É o seguinte o teor do editorial:

"Em Sobral o Dr. José Sabóia de Albuquerque achou de fazer côro com os inimigos da igreja por ocasião do banquete oferecido ao Desembargador Faustino de Albuquerque. O prócer político da zona Norte, quebrando a linha de elegância e cordialidade, dominante em tôdas as esplêndidas manifestações ao ilustre magistrado fez imtempestivo discurso, em que atacou a circular 64, faltando apenas declinar os nomes de S. Excia. Revdma Arcebispo de Fortaleza D. Antonio de Almeida Lustosa e da Ação Católica.

Põe-se dessa maneira com o espírito laicista



e anti-clerical que o caracteriza ao lado de inimigos da igreja, revelando-se dócil ao sentido apelo dos comunistas feito por boletins.

A causa foi tão gostosa ao paladar dos vermelhos que o jornal comunista "O DEMOCRATA" publicou em primeira mão e com destaque das manchetes e de passagens do discurso qualificando-o de importante.

Publicado no "ESTADO" (08/01/47:1)

O grupo situacionista passa a atacar então com todas as armas de que dispõem usando mesmo de artifícios que viessem a confundir a opinião pública como foi o fato da manchete publicada em letra garrafais pelo "ESTADO" do dia 05/01/47, segundo a qual o "Desembargador Faustino Albuquerque que era inelegível e que o PSD impugnara o registro do candidato da coligação UDN-PPS. O texto da matéria informava que o PSD através do Sr. José Martins Rodrigues, dera entrada no TRE de um pedido de impugnação do registro do candidato oposicionista, com base na lei eleitoral que reza ter o candidato ligado ao serviço público federal que se descompatibilizar com o cargo 6 meses antes do pleito. Como o Desembargador pedira apenas licença para tratamento continuava ligado aquela entidade, logo não poderia ser eleito.

Ou ainda quando lança um manifesto de uma sociedade que nunca havia se pronunciado anteriormente, e se cognominava de 'Sociedade Amigos do Brigadeiro Eduardo Gomes'. No manifesto que se intitulava "O Preço da Liberdade é a eterna vigilância" conclamava os brigadeiristas a votar no pleito de 19 de janeiro no General Onofre Gomes de Lima que era "Irmão em patriotismo, caráter e honestidade do Brigadeiro".

" O ESTADO" (15/01/47:1)

Os dois exemplos dão uma amostra clara da tentativa de criar uma confusão nos prováveis eleitores oposicionistas; a primeira não tinha a menor possibilidade de ter fundamento, pois seria inconcebível que um homem conhecedor profundo do código eleitoral não conhecesse suas normas; a segunda era estranha, porque uma Sociedade de Amigos do Brigadeiro, que não se pronunciara quando das eleições de 2 de dezembro de 45 iria se pronunciar justamente agora e ainda mais para dar apoio, justamente a candidatura situacionista pois os brigadeiristas consciêntes eram antes de tudo anti-PSD.

O Partido Comunista em várias oportunidades deixara transparecer através de seu órgão de comunicação a sua sim-



patia à candidatura Faustino, fato que dava oportunidade aos situacionistas de insinuar a ligação entre os dois partidos. O que era publicamente negado pelo Desembargador e seu partido sempre que houvesse oportunidade. Seria finalmente oficializado pelo PCB em editorial publicado no "DEMOCRATA" do dia 13 /01/47 que o partido recomendava a seus membros e correligionários que votassem no candidato opositor sem, no entanto, ser esta recomendação um apoio irrestrito ao programa do governo do Desembargador Faustino Albuquerque.

O ato do PCB causaria um tremendo impacto nas hostes udenistas, que viam com a recomendação oficial dos comunistas fugir-lhes as possibilidades de conquistar os votos católicos do Estado. Naquele mesmo dia a comissão executiva da UDN - secção do Ceará emitiria a seguinte nota:

"A Comissão Executiva da UDN-CE em face do ato do PCB recomendando oficialmente a candidatura do Desembargador Faustino Albuquerque sente-se na obrigação de ministrar ao público e aos nossos correligionários os seguintes esclarecimentos:

1 - O Candidato das oposições coligadas não teve, não tem, nem terá o menor compromisso político com o Partido Comunista.

2 - Essa recomendação foi feita à revelia do nosso candidato que já proclamara publicamente em entrevista concedida ao "O POVO", que nenhum laço ou relação tinha nem queria ter com o partido do Senador Luiz Carlos Prestes \*

3 - Confirmando os dizeres desta entrevista o Desembargador Faustino, há poucos dias, declarou peremptoriamente a uma comissão do PC rejeitar a votação que lhe era insistentemente oferecida por julgá-la incompatível com os seus princípios católicos e com o programa das agremiações partidárias que o apoiam.

4- Diante de tal insistência dos dirigentes comunistas em sufragarem o nosso candidato contra sua vontade conforme eles próprios confessam em sua nota oficial, parece claro o propósito de nos incompatibilizar com o clero e os católicos cearenses, o que, de modo algum poderíamos permitir silenciando sobre tão abusiva e injustificável atitude de homens que tanto divergem de nós em matéria religiosa, social e política.

\* Esta afirmação foi feita para se contrapor à notícia vinculada no Jornal "O ESTADO" 26/11/46 a qual informava que Prestes havia afirmado que seu partido estava disposto a apoiar a candidatura Faustino.



5 - Assim, pois, rejeitamos terminantemente qualquer auxílio político do PC, ao nosso candidato que por sua vez, fará ao público idêntica declaração tão logo regresse a essa Capital.

(a) Comissão Executiva.  
" O POVO" 13/01/47.

A nota do candidato Desembargador Faustino Albuquerque seria publicada no dia seguinte, sendo este o seu teor:

"Em face da nota oficial publicada no jornal "O DEMOCRATA" de ontem recomendando a minha candidatura, venho a público declarar:

1 - Mantenho minhas declarações à comissão do Partido Comunista que me procurou para definir a posição daquele partido; não aceito a colaboração do PCB no meu governo, porque sou católico e pretendo governar dentro da doutrina social da igreja, em harmonia com os programas fundamentais dos partidos políticos que levantaram a minha candidatura.

2- Solidário e refletindo o pensamento da UDN- PSP PR secção do Ceará confirmo integralmente a nota oficial da UDN pela sua comissão executiva já suficientemente divulgada pelo rádio e pela imprensa.

3 - A nota do PC se fez à minha revelia contra minha expressa vontade, em virtude do que legalmente recuso o apoio do referido Partido, sejam quais forem as consequências para minha candidatura".

Fortaleza, 14/01/47

(a) Faustino Albuquerque  
" O POVO" (14/01/47:1).

Tudo indica que as duas notas fortaleceram sensivelmente a candidatura oposicionista pondo abaixo toda temática anti-comunista da campanha situacionista, que, mesmo assim, continuaria batendo na mesma tecla até a realização do pleito.

Em Sobral as relações entre o clero e o líder da oposição ficaria totalmente desgastadas após o discurso de 30 de dezembro o que seria cirrado com um incidente envolvendo aquele líder e o padre José Inácio em plena praça pública. É esta a versão do fato dada pelo "Correio da Semana" e transcrita pelo jornal "O ESTADO" (10/01/47:1)

"O líder volemista José Sabóia desacata o Reverendo Pe. José Inácio.

Não se limitando a atacar, como fez em seu discurso de saudação ao Desembargador Faustino, as mais altas autoridades eclesiásticas, notadamente



o Sr. Arcebispo Metropolitano, por haver baixado a circular 64 o chefe udenista na zona Norte Sr. José Sabóia acaba de cometer outros desatinos desacatando em praça pública da cidade de Sobral, o virtuosíssimo sacerdote Revdmo. Pe. José Inácio, figura da mais alta estima do clero cearense. Nesse sentido recebeu a noite ontem a solidariedade de toda a população católica desta cidade".

Os ultimos acontecimentos envolvendo a igreja sobralense e o líder político oposicionista levam o clero local a se definir em prol da candidatura situacionista, pelo menos é o que indica o "CORREIO DA SEMANA", órgão de comunicação oficial da diocese de Sobral, pelo seu posicionamento em relação à candidatura Faustino, primeiro prestando esclarecimentos ao seu público leitor que a propaganda paga do candidato oposicionista naquele semanário não tinha nada a ver com a figura de D. José que não tinha preferências por nenhum candidato.

No entanto, aquele mesmo jornal elogiava o candidato situacionista "que pela sua atitude diante do comunismo agressivo, ateu e anti-nacional desasombradamente manifestada em seus discursos e propaganda eleitoral e em outras circunstâncias tem despertado a mais viva simpatia no seio do povo"

"CORREIO DA SEMANA" (12/01/47).



## X - O PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947

A 18 de setembro de 1946 foi promulgada solenemente a constituição e o país volta, então, a sua normalidade constitucional.

O ano de 1947 viria reacender as disputas políticas. Primeiro devido ser este um ano eleitoral no qual iria se disputar os governos locais, assembleias e prefeituras. Por outro lado este período é marcado por uma violenta perseguição ao partido comunista, tanto por parte do governo, como de outras correntes de oposição o qual termina por ser posto na ilegalidade em 1947, tendo todos os seus parlamentares cassados os seus mandatos legitimamente conquistados. Na verdade, era o partido comunista o único a fazer oposição maciça ao governo Dutra. Os udenistas dividiram-se em duas alas, uma das quais se aproxima do governo preconizando apoio irrestrito. Para Carone (1980:9), esta união entre PSD e UDN tem como fim último "tentar, de acordo com o governo, impor limites a uma abertura mais ampla" já que, para os representantes das oligarquias e dos grupos financeiros, as medidas liberalizantes não podiam ir muito longe como queriam alguns setores mais progressistas da sociedade. É este fato que leva a câmara, invocando pretensas irregularidades no registro do programa do Partido Comunista perante a justiça eleitoral, a declará-lo fora da lei e a cassar os mandatos de seus deputados.

A 19 de janeiro de 1947, realizaram-se as eleições, o que, de certa forma, irá mostrar que a base política do país ainda continuava a depender do coronel e sua gente, os mesmos que sustentavam os antigos Partidos Republicanos estaduais de antes de 30, só que agora estavam juntos, continuando com as vantagens do poder. Apenas em graus diferentes o coronel, com o seu poder local, continuou dominando a política, sem dúvida sem a força de antes, mas com força suficiente para manter o seu latifúndio.

Os resultados eleitorais confirmaram que o PSD - UDN - PTB eram os três maiores partidos políticos do país. Com exceção de alguns Estados onde partidos peque



nos tinham grande força local, como é o caso do PSP em São Paulo, onde a figura de Ademar de Barros domina a política do Estado. Nos demais Estados se confirma a in**u**batividade desses Partidos.

Dezoito dos vinte Estados brasileiros elegiam candidatos a governadores desses Partidos, isoladamente ou em coligações. O PSD elegera seis governadores: Pará, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso. A UDN cinco: Piauí, Ceará, Paraíba, Minas e Goiás. O PTB um: Maranhão.

Sete Estados tiveram governadores eleitos em coligações partidárias: Amazonas UDN-PTB, Santa Catarina Rio de Janeiro e Sergipe - PSD-PTB, Bahia, Espírito Santo - UDN-PSD, São Paulo PSP-PSD, e o Paraná, que teve o candidato do PRP eleito, foi o único Estado no qual uma das três agremiações não esteve presente.



PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947VOTAÇÃO GERAL PARA GOVERNADOR POR PARTIDO

PARTIDO	Nº	%
UDN	147.911	54.28
PSD	124.852	45.82
Total	272.493	100.00%

  

	Nº	%
Votos válidos	272.493	97.23
Votos Brancos	3.136	1.12
Votos nulos	2.875	1.03
Secções anuladas	1.753	0.62
Total	280.257	100.00

Das 28 zonas eleitorais em que se divide o Estado o candidato da UDN ganhou em 16 zonas enquanto que o candidato do PSD ganhou em 12.

VOTAÇÃO PARA GOVERNADOR NA ZONA NORTE POR ZONA ELEITORAL E POR PARTIDO.

ZONA ELEITORAL	PARTIDOS				TOTAL	%
	UDN	%	PSD	%		
Itapipoca	6.854	51.00	6.506	49.00	13.360	100.00
Crateús	6.954	65.95	3.590	34.05	10.544	100.00
Ipú	6.786	57.73	4.965	42.27	11.754	100.00
São Benedito	7.009	58.55	4.961	41.45	11.970	100.00
Uruburetama	7.767	54.94	6.369	45.06	14.136	100.00
Sobral	7.011	38.96	11.032	61.41	18.043	100.00
Granja	8.825	68.76	4.009	31.24	12.834	100.00
Total	51.206	52.27	41.435	44.73	92.641	100.00

Fonte: T.R.E. - CE

A nível de Estado a UDN ganhou - Fortaleza (3 zonas), Maranguape, Quixadá, Russas, Jaguaribe, S. Pompeu, Iquatú, Lavras da Mangabeira, Itapipoca, Crateús, Ipú, São Benedito, Uruburetama e Granja.

O PSD - Baturité, Cascavel, Aracati, Quixeranobim, Icó, Missão Velha, Assaré, Tauá, Sobral, Milagres, Crato e Juazeiro.



PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947ELEIÇÃO PARA SENADOR POR CANDIDATO E POR PARTIDO

C A N D I D A T O	PARTIDO	Nº	%
Manuel do Nasc.F. Távora	UDN	135.225	48.20
Francisco M. Pimentel	PSD	111.323	39.68
Cesar Cals de Oliveira	PTB	18.867	6.75
Votos Brancos		8.344	2.98
Votos Nulos		5.015	1.79
Secções anuladas		1.753	0,69
Total		280.527	100.00

Fonte: T.R.E. - CE

Das 28 zonas do Estado o candidato da UDN venceu em 20 zonas sendo 17 no Interior e nas 3 da Capital. Maranguape, Quixadá, Aracati, Russas, Jaguaribe, Senador Pompeu, Iguatú, Lavras da Mangabeira, Missão Velha, Itapipoca, Tauá, Crateús, Ipú, São Benedito, Uruburetama, Granja, Crato.

O PSD em 8 zonas: Baturité, Quixeramobim, Icó, Assaré, Sobral, Milagres e Juazeiro do Norte.

PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947ELEIÇÃO PARA SENADOR NA ZONA NORTE POR ZONA ELEITORAL E POR PARTIDO

ZONA ELEITORAL	P A R T I D O S						TOTAL	
	UDN	%	PSD	%	PTB	%	Nº	%
Itapipoca	6.786	51.25	6.376	48.16	781	0,59	13.240	100.00
Crateús	6.572	65.02	3.005	29.73	531	5.25	10.108	100.00
Ipú	6.724	58.01	4.817	41.55	51	0.44	11.592	100.00
São Benedito	6.894	58.45	4.899	41.53	2	0.02	11.795	100.00
Uruburetama	7.038	52.13	5.835	43.22	628	4.65	13.501	100.00
Sobral	6.935	39.10	10.603	59.78	198	1.12	17.736	100.00
Granja	8.206	68.29	2.811	31.71	-	-	12.017	100.00
Total	49.155	54.83	38.986	43.42	1.488	1.75	89.989	100.00



PLEITO DE 19 DE JANEIRO DE 1947VOTAÇÃO GERAL PARA O LEGISLATIVO ESTADUAL POR PARTIDO

PARTIDO	Nº	%
União Democrática Nacional	101.175	37.30
Partido Social Democrático	104.528	38.54
Partido Social Progressista	43.554	16.06
Partido Comunista Brasileiro	12.579	4,64
Partido Trabalh. Brasileiro	2.653	0,97
Partido de Rep. Popular	6.753	2,49
Total	271.242	100.00

Fonte: T.R.E. - CE

	Nº	%
Votos válidos	271.242	96.69
Votos brancos	3.680	1.32
Votos nulos	3.852	1.37
Votos secções anuladas	1.753	0,62
Total	280.527	100.00

QUOCIENTE ELEITORAL

Votos válidos	-	271.242
Votos brancos	-	<u>3.680</u>
		274.922
÷ Nº de vagas	-	<u>45</u>
Quociênte eleitoral:		6.109

De acôrdo com quociênte eleitoral, as 45 vagas , para o legislativo estadual, foi dividida entre os seguintes partidos: PSD, UDN, PSP, PRP, PCB. O PTB foi o único partido que não atingiu o quociente eleitoral.

Os lugares para esta legislatura foram assim distribuídos:

PSD - 19\* , UDN - 16, PSP - 7, PCB - 2, PRP - 1.

\* O PSD logrou conseguir dois lugares pelas sobras de votos.



Deputados Estaduais eleitos no pleito de 19 de janeiro de 1945, por Partido e procedência geográfica se sua representação.

C A N D I D A T O	PARTIDO	PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA		VOTOS OBTIDOS NO		TOTAL
		DA	REPRESENTAÇÃO	NÚCLEO ELEITORAL		VOT. OBTI
				Nº	%	Nº
José Valdemar de Alcântara e Silva	PSD	Uruburetama-2784/Quixadá-	1641	4.425	82,33	5.375
Walter Sã Cavalcante	PSD	Russas -	1.108	1.108	25,91	4.277
Franklin Gondim Chaves	PSD	Russas-2.338 / Jaguaribe-	1291	3.629	87,93	4.127
Joel Marques	PSD	Tauá -	3.438	3.438	90,26	3.809
Parsifal Barroso	PSD	Sobral-1416/S. Benedito-731/Ipú-537		2.684	71,04	3.778
Paulo de Almeida Sanford	PSD	Sobral -	2.880	2.880	79,78	3.610
Vicente Augusto Ferreira Lima	PSD	Lavras-2185/ Icó -	762	2.947	83,30	3.538
José Filomeno Ferreira Gomes	PSD	Itapipoca -	3.203	3.203	93,46	3.427
Raimundo Renato de Almeida Braga	PSD	S. Pompeu - 914 / Iguatú -	1.492	2.406	71,20	3.379
Almir Santos Pinto	PSD	Maranguape -	2.360	2.360	70,32	3.356
Osires Pontes	PSD	Sobral -	1.884	1.884	58,86	3.201
Manuel Carlos Gouveia	PSD	Iguatú -	2.885	2.885	90,41	3.191
Wilson Gonçalves	PSD	Crato -	2.350	2.350	73,85	3.182
Joaquim de Figuerêdo Correia	PSD	Lavras - 1.365 / Icó	1390	2.755	87,46	3.130
Waldery Magalhães Uchôa	PSD	Maranguape - 809 / Aracati -	831	1.640	53,88	3.044
Francisco Ferreira da Ponte	PSD	Crateús - 858 / Sobral -	457	1.315	46,16	2.849
Hilberto Barroso	PSD	Itapipoca-1648 / Ipú -	827	2.475	89,51	2.765
Raimundo Queiroz Ferreira	PSD	Cascavel -	2.128	2.128	88,59	2.402
José Aristóteles Gondim	PSD	Uruburetama -	1.836	1.836	76,60	2.397
Antonio Perilo de Souza Teixeira	UDN	Itapipoca -	2.797	2.797	64,03	4.368
Adail Barreto Cavalcante	UDN	Iguatú - 1.969/ Fortaleza -	1.092	3.061	70,84	4.321
Murilo Rocha Aguiar	UDN	Granja-2.454/S. Benedito -	1013/ Ipú-640	4.107	95,51	4.300
Manuel Gomes Sales	UDN	Itapipoca -	3.540	3.540	88,81	3.986
José Ramos Torres de Melo	UDN	Diversificado, obteve votos em tod.as zonas		-	-	3.505
Antonio Barros dos Santos	UDN	Crateús -	1.627	1.627	48,73	3.339
Manuel Vilebaldo Fide Aguiar	UDN	Sobral - 2.237 / Granja	731	2.968	92,17	3.220
José Eretides Martins	UDN	Uruburetama -	2.855	2.855	91,01	3.137
Mário da Silva Leal	UDN	Iguatú -	2.379	2.379	77,90	3.054
Manuel de Castro Silva	UDN	Quixadá - 1.147 / Russas -	1.700	2.847	93,62	3.041
Ademar do Nascimento Fernandes Távora	UDN	Jaguaribe -	1.047	1.047	34,71	3.016
Grijalva Ferreira da Costa	UDN	São Benedito -	2.043	2.403	80,80	2.974
Sebastião Cavalcante	UDN	Juazeiro - 1549 / Milagres -	820	2.369	84,85	2.792



José Napoleão de Araújo	UDN	Missão Velha - 1.007 / Milagres - 511	1.518	54.58	2.781
Amadeu Furtafo	UDN	Fortaleza - 1.673	1.673	60.42	2.769
Augusto Tavares de S. Benevides	UDN	Senador Pompeu - 1.962	1.962	76.46	2.566
Joaquim Bastos Gonçalves	PSP	São Benedito - 3.006	3.006	82.72	3.632
Antonio de Carvalho Rocha	PSP	Granja - 3.269	3.269	92.66	3.528
Mameel Gomes de Freitas	PSP	Tauá - 2.159	2.159	71.87	3.004
Alvaro Lins Cavalcante	PSP	Senador Pompeu - 1.703 / Icó 598	2.301	79.40	2.898
José Crispino	PSP	Quixadá - 1.929	1.929	73.96	2.608
Pêricles Moreira da Rocha	PSP	Fortaleza - 1.209	1.209	46.52	2.599
Francisco Silveira Aguiar	PSP	Lavras da Mangabeira - 1.311	1.311	62,76	2.089
José Pontes Neto	PCB	Fortaleza - 3.785	3.785	88.13	4.295
José Marinho Vasconcelos	PCB	Fortaleza - 742	742	84.70	876
Raimundo Aristides Ribeiro	PRP	Sobral-591 / Ipú-274 / Granja-205	1.070	83.59	1.280



## 10.1 - OS FATORES QUE ATUARAM DE FORMA DECISIVA NO

## PLEITO DE 1947

Na campanha para o pleito de 9 de janeiro de 1947 verificou-se sem dúvida, uma ampla mobilização anti-comunista iniciada pela igreja com o objetivo de ocupar os espaços no meio do operariado cearense ante a presença do partido comunista legalizado e atuante, e mais tarde encapada pelo partido situacionista (PSD) que faria do anti-comunismo o tema principal de sua campanha a disputa eleitoral.

Pelo dados de que dispomos podemos afirmar que a rentabilidade em termos de votos não foi a esperada pelas forças mais retrógradas da classe dominante do Estado.

Primeiro porque o centro da luta se desenvolveu pelo cargo de governador, portanto, onde havia maior empenho das partes litigantes em atingir o seu objetivo final que era obter a preferência do eleitorado católico do Estado. Com este fim o partido situacionista utilizou como mecanismo para denegrir o adversário foi o de acusá-lo de comunista ou levantar suspeitas maliciosas a respeito da posição ideológica do concorrente. No entanto acusações desse tipo tiveram efeito neutro no resultado do pleito, já que o candidato oposicionista venceu-o com uma larga margem de votos da ordem de 23.059 a mais que seu concorrente.

Segundo, a vitória expressiva do candidato oposicionista na capital e zona Norte do Estado - a excessão de Sobral - locais onde se desenvolveram de modo mais aceso a disputa, contando para isso com a presença da igreja através do clero e organizações como a Ação Católica, círculos operários, União de Mãos Católicas, unidos em franco apoio ao candidato situacionista.

Terceiro, a oposição conseguiu eleger o seu candidato à vaga de terceiro senador, vencendo o candidato situacionista em 20 zonas eleitorais das 28 em que se dividiam o Estado, demonstrando de forma categórica que o tema de cunho ideológico desenvolvido na campanha não foi capaz de causar danos nas reservas privativas de que dispunha o candidato oposicionista.

Por fim, o que caracterizou e definiu o resultado das eleições para o legislativo foi o teor particularista da campanha dos candidatos, procedimento que pode ser verificado no quadro que demonstra a procedência geográfica da re -



apresentação dos 45 deputados eleitos, aonde se verifica que 80% destes detêm mais de 70% de seus votos em reservas delimitadas e privativas.

No caso da legenda estadual a primazia coube ao PSD com 104.528 (38,54%) dos votos, seguido de perto pela UDN com 101.175 (37,30%), o PSP colocou-se em terceiro lugar com 43.554 (16,06%) na preferência do eleitorado. Já o P.C.B. com 12.579 (4,64%) ficaria em quarto lugar, e por último o PRP com 6.753 (2,49%) dos votos.

De acordo com distribuição da legenda a representação estadual ficou assim partilhada:

PSD com 19 deputados, dois dos quais eleitos pelas sobras de votos em virtude do partido ter obtido o maior número de legendas. A UDN com 16 representantes, o PCB com 2 e o PRP 1.



XI - C O N C L U S Ã O

Dessa exposição ressaltam alguma conclusões sobre o período em estudo tendo sido observado que o quadro político estadual, apresentou, no que lhe é essencial, as mesmas características registradas em períodos anteriores.

A primeira observação que ocorre ao analista do período em questão é a persistência das mesmas lideranças no domínio da vida política local, tanto na situação quanto na oposição, prevalecendo as antigas formas de chefia política de estrutura clássica do coronelismo com a utilização de cabos eleitorais e pequenos chefes políticos que se adaptaram ou se amoldaram a nova conjuntura política vigente. Tanto situação como oposição apelaram para o eleitorado segundo os moldes tradicionais disputando a preferência dos eleitores seguindo estilos semelhantes ressaltando de forma clara o espírito conservador dos grupos em disputa.

Prevalecem ainda os particularismos regionais ou locais denunciando a inexistência de conteúdo programático e ideológico dos partidos.

A falta de definição por parte dos partidos de um programa ou de uma posição ideológica que marcasse a sua participação, igualou-os todos no mesmo estágio político.

Na verdade os partidos funcionam como rótulos, utilizados pelos grupos ou políticos individualmente, todos eles de nítida coloração particularista, que cuidam de formar ou arregimentar suas próprias reservas eleitorais, de mobilizar votos de afetividade, de simpatia, os de órbita familiar e os possíveis votos dos amigos dos amigos. Pelo menos com relação aos deputados eleitos para a Assembléia Legislativa de 1947 pode-se afirmar que todos, com raras exceções, devem sua eleição primordialmente à manipulação dos particularismos locais.

Para isso mostrou-se que é fundamental que grupo ou partido político tenham sob seu controle o poder exe



## BIBLIOGRAFIA

- 1) ANDRADE, Manuel Correia de, - A Terra e o Homem No Nordeste - São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1980.
- 2) ———, O Planejamento Regional e o Problema Agrário No Brasil - São Paulo, Ed. Hucitec, 1976
- 3) CASTANH, Leôncio - História Sincera da República - Vol. 1. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976
- 4) BANDEIRA, Moniz - Brizola e o Trabalhismo - Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979
- 5) BONAVIDES, Paulo - Ciência Política - Rio de Janeiro, Ed. F.G.V., 1972.
- 6) BEONDEL, Jean - As Condições da Vida na Política na Paraíba - Rio de Janeiro, Ed. F.G.V., 1975
- 7) BRITO, Luiz NAVARRO de, - As Eleições Legislativas de 1978 in Revista Brasileira de Estudo Político - Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1980.
- 8) CAMPELO, Maria do Carmo Carvalho de Souza - Estados e Partidos Políticos no Brasil - São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- 9) CARONE, Edgar - A Quarta República (1945-1964) - São Paulo, Ed. Difel, 1980
- 10) CAVI, Karla Della - Milagre em Juaseiro, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976.
- 11) COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira - Arraial e Coro - nel - São Paulo, Ed. Cultrix, 1978.



- 12) DAHL, Robert A.
- 13) DIVERGER, Maurice - Sociologia Política, Rio de Janeiro, Im. Forense, 1968
- 14) -----, Os Partidos Políticos - Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1970
- 15) -----, Introdução à Política, LISBOA, Editorial Estudos COR, 1964.
- 16) FIGUEIRA, Manuel - O Problema Agrário no Nordeste do Brasil - São Paulo, Ed. Hucitec, 1977.
- 17) GONCALVES, JOSE M. - "Participação Política" in Fernando Henrique Cardoso e Carlos E. Martins (Org.) - Política & Sociedade - São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- 18) JUNIOR, Caio Prado - A Questão Agrária no Brasil - São Paulo, Ed. Brasiliense, 1979.
- 19) LEAL, Victor NUNES - Coronelismo Enxada e Voto - São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- 20) LIPSET, Seymour M. - "Comportamento Eleitoral" in Fernando H. Cardoso e Carlos E. Martins (Org.) - Política & Sociedade - São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- 21) MARK e BRUNN, Karl e Friedrich - Textos - Vol.3 - São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1977.
- 22) MONTELEGRÃO, Abelardo - Os Partidos Políticos no Ceará - Fortaleza, Ed. UPC, 1980.
- 23) OLIVEIRA, Francisco de - Elegia Para uma Re(li)gião - Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977.
- 24) PADO, Sal-Soc - Coronelismo e Oligarquia 1889-1943 - Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- 25) PEREIRA, Luiz C. Bressener - Desenvolvimento e Crise do Brasil - São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977



- 26) PINTO, Luiz de Aguiar Costa, Lutas de Família no Brasil - São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980.
- 27) PYCALUNGA, Isabel Fontenelle - Partidos Políticos e Classes Sociais: UDN na Guanabara - Petropolis, Ed. Vozes, 1980.
- 28) PYE, Lucien - " O Desenvolvimento Político " in Fernando H. Cardoso e Carlos E. Martins (Org.) - Política & Sociedade - São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- 29) POULANTZAS, Nicos - " A noção de Estado em Marx " in Fernando Henrique Cardoso e Carlos E. Martins (Org.) Política & Sociedade - São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- 30) PORTELLE, Hugues - " Conceito de Hegemonia em Gramsci " in Fernando Henrique Cardoso e Carlos E. Martins (Organizadores) - Política & Sociedade - São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- 31) QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de - " O Coronelismo numa Interpretação Sociológica " in História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, O Brasil Republicano, 19 Volume, Estrutura de Poder e Economia (pp 153 - 190) - São Paulo, Ed. Difel, 1975.
- 32) ———, O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira (Da Colônia à primeira República) - São Paulo, Publicação do IEB, 1969.
- 33) REBOUÇAS, Osmundo Evangelista - Desenvolvimento do Nordeste - Diagnóstico e Sugestões de Política - in Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, BNB, 1979.
- 34) SCHWARTZENBERG, Roger e Gerard - Sociologia Política - São Paulo, Ed. Difel, 1979.
- 35) SOUSA, Lourdes - " O Golpe de 37 e o Estado Novo " in Carlos Guilherme Mota (Org.) - Brasil em Perspectiva Ed. Difel - 1978.



JORNAIS UTILIZADOS COMO FONTE:" O POVO "Ano de 1944 - Outubro a Dezembro Nºs: 5.302 a 5387Ano de 1945 - de 2 de Janeiro a 31 de Dezembro - Nºs: 5.397  
ao 5.729Ano de 1946 - de 2 de Janeiro a 31 de Dezembro - Nºs: 5.732  
ao 6.009" O ESTADO "Ano de 1945 - de 4 de Janeiro a 29 de Dezembro - Nºs: 5.455  
ao 5.776Ano de 1946 - de Janeiro a Dezembro - Nºs. 1785 ao 2.115." O DEMOCRATA "Ano de 1945 - Outubro a Dezembro - Nºs: 29 ao 120Ano de 1946 - Janeiro - Nºs: 121 ao 133  
- Março - Nº: 1 ao 279" CORREIO DO CEARÁ "Ano de 1945 - Outubro a DezembroTRIBUNAL REGIONAL ELEITORALAtas de apurações finais da eleição de 1945 para  
Presidente da República, Senado e Câmara Federal - Resulta-  
do Geral.Mapas de Resumo final das eleições de 1947 para Go-  
vernador do Estado, 3º Senador e Legislativo Estadual.